

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A
CIRCULAR EM
INVÓLUCRO
FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAR



TAXA PAGA
PORTUGAL
PORTALEGRE



Nº 02
Outubro | Janeiro
2008 - 09

Justiça & democracia

Director Cristina Esteves

Subdirectores José Carlos Duarte, Amélia Correia de Almeida e Artur Cordeiro



Artigo Manuel Torné Soares

Do Acesso à Magistratura Judicial dos Tribunais Superiores

p. 3



Artigo Maria Clara Sottomayor

O novo regime jurídico do divórcio e os direitos das mulheres e das crianças

p. 6



Artigo António Martins

Os juízes, o seu associativismo e o futuro

p. 14

Dar Confiança



asjp



associação sindical
dos juízes portugueses





Artigo Nuno Coelho

Processo Penal e Tribunais Criminais

8



Artigo António Ribeiro

Eu Confio (D.A.R. Confiança)

10

Ficha técnica

Director: Cristina Esteves
Subdirectores: José Carlos Duarte, Amélia Correia de Almeida, Artur Cordeiro.
Colaboram neste número: Susana Silva, Rita Mota Soares, Nuno Coelho, Maria Clara Sottomayor, Julieta Monginho, António Martins, José Manuel Tomé de Carvalho, Manuel Magriço, Manuel Tomé Soares Gomes, António Ribeiro, Artur Cordeiro, Castanho.

Impressão: Corlito, Setúbal
Concepção Gráfica: Fábrica Real de Imagens, Portalegre
Propriedade: Movimento Justiça & Democracia, Associação Cívica de Juizes Portugueses com sede em: Travessa das Águas Boas, nº43, Lisboa

Depósito Legal: 171365/0



editorial

Cristina Henriques Esteves
 Juíza de Direito



agradável confraternização entre colegas que nestes dias se regista e nos deixa ansiosos por novo encontro.

Uma palavra de agradecimento à Associação Sindical dos Juizes Portugueses, que, com elevação e intenso labor, preparou este Congresso e deixou bem testemunhado o trabalho que vem efectuando e a seriedade, mérito, descrição e inteligência com que vem gerindo a sua actuação, num momento particularmente difícil para a judicatura portuguesa, em que só essas qualidades têm permitido continuar a somar algumas vitórias no difícil confronto com um poder político ao qual, desde o início, não agradámos, desde logo, pelas nossas longas férias e inúmeros privilégios, traduzidos em faustos ordenados, instalações luxuosas e tantas outras regalias, que, finalmente, para bem da nação, acabaram, estando agora a justiça portuguesa no caminho certo, não só mercê dessa retirada de privilégios, mas também da grande panacea denominada “Citius”, por via da qual a nossa produtividade já aumentou e aumentará seguramente no próximo ano.

Com o encerramento deste Congresso e a entrada no ano de 2009, aproxima-se uma nova época eleitoral em que os juizes portugueses serão chamados a “julgar” a acção desta associação sindical e penso que faremos justiça se dissermos que a associação sindical presidida pelo Sr. Desembargador António Martins prestigiou a judicatura e deu dela uma imagem de rigor e serenidade, renovando nele a nossa confiança e esperando que juntamente com ele possamos lutar, com sapiência, pela nossa integridade, liberdade e independência, porque afinal de contas quem envereda por uma carreira como a de juiz fá-lo na perseguição de um ideal último que, segundo penso, a todos nos une, e que é a realização da justiça e de um mundo mais justo.

Uma última palavra para desejar a todos os juizes um ano de 2009 cheio de sucessos pessoais e profissionais.

artigo

Do Acesso à Magistratura Judicial dos Tribunais Superiores

A problemática das condições e requisitos do acesso à magistratura judicial dos tribunais superiores exige, em primeira linha, que se tenha bem presente a natureza da função jurisdicional e os aspectos fundamentais da legitimação democrática dos tribunais.

Como é sabido, a função jurisdicional integra-se na organização do Poder Político, participando da soberania do Estado atribuída aos tribunais, em conformidade com o consignado nos artigos 110º, nº 1, e 202º, nº 1, da Constituição da República (CRP). Contudo, a titularidade originária do poder soberano, uno e indivisível, reside no povo, como se proclama no nº 1 do artigo 3º da mesma Lei Fundamental; daí que o mencionado artigo 202º, nº 1, declare que os tribunais administram a justiça em nome do povo.

No entanto, não se trata de uma representatividade política idêntica aos demais órgãos de soberania, já que os juizes não são designados por eleição directa ou indirecta dos cidadãos - ressalvadas as hipóteses de designação pela Assembleia da República de dez dos juizes do Tribunal Constitucional e de cooptação dos restantes três, bem como a nomeação do Presidente do Tribunal de Contas pelo Presidente da República sob proposta do Governo -, mas recrutados segundo critérios predeterminados na lei e nomeados pelos respectivos Conselhos Superiores, como se alcança do disposto nos artigos 218º, nº 1, e 219º, nº 1 e 2, da CRP.

Com efeito, os juizes dos tribunais judiciais constituem um corpo único com estatuto próprio, sendo nomeados e promovidos, nas diversas instâncias, pelo Conselho Superior da Magistratura CSM), com base na sua competência técnica e aptidão profissional reveladas preferencialmente pelo mérito do seu desempenho tendo também em conta a antiguidade no exercício de funções.

Assim, a actual Constituição, aliás na esteira das anteriores constituições, opta claramente pelo modelo institucional de uma magistratura pro-fissionalizada e permanente, dotada, todavia, de garantias de independência e imparcialidade e com meios de controlo indirectamente legitimador.

Não obstante isso, têm-se feito ouvir as críticas quanto à legitimidade democrática dos juizes pelo facto de a sua nomeação não

estar amparada no sufrágio político universal, numa ingénua assimilação ao que é exigido para a eleição dos titulares dos demais órgãos de soberania.

Sem pretender aqui desmerecer as vantagens dos sistemas judiciários assentes em modelos de juizes electivos, o certo é que nem por isso se podem considerar menos democráticos os sistemas baseados em modelos institucionais de magistrados profissionais e permanentes, desde que conttenham garantias e mecanismos de controlo democrático do poder judicial. O equívoco é pensar que a democracia se satisfaz com a representatividade formal conferida pelo sufrágio político.

Ora a legitimidade democrática dos tribunais não requer necessariamente a eleição dos seus titulares. Na verdade, no quadro de um sistema jurídico de formulação legal como o nosso, há que distinguir as funções que têm por escopo definir a política dos interesses fundamentais da colectividade, formulando leis na base dessa escolha, das que são vocacionadas para a realização do direito mediante a aplicação dos critérios legais aos casos concretos, sem apelo à discricionariedade da opção política. En-tre as primeiras inscreve-se a função legislativa; das segundas é paradigma a função jurisdicional.

Porque a função legislativa envolve uma interpretação e hierarquização, em abstracto, dos interesses sociais, prendendo-se, nessa medida, com a diversidade de concepções, de ideias e de valores, impõe-se, num sistema democrático, que seja levada a cabo por órgãos electivos cujos titulares traduzam a vontade da colectividade.

O mesmo não sucede com a função jurisdicional. Quanto a esta, não cabe margem de discricionariedade política. O seu domínio de incidência confina-se à aplicação do direito aos casos singulares, no quadro do ordenamento jurídico vigente, de acordo com as fontes a que, segundo a Constituição e a lei, se deva recorrer – art. 203º da CRP, arts. 3º e 4º, nº 1, da Lei nº 3/99 e art. 3º, nº 1, do EMJ. Trata-se assim de uma actividade submetida aos critérios legais aplicáveis segundo os cânones da metodologia técnico-jurídica.

Manuel Tomé Soares Gomes
 (Juiz Desembargador)



Poderemos, de algum modo, afirmar que um dos aspectos mais salientes da submissão do poder judicial ao titular originário da soberania é a sua vinculação à Constituição e às leis, como determinam os artigos 203º e 204º da C.R.P., as quais se traduzem, afinal, na expressão normativa da vontade geral. Mas, como é hoje reconhecido pela maioria dos doutrinadores, o sistema jurídico é um sistema aberto e dinâmico. Edificado através da estrutura do seu tecido normativo, o sistema jurídico opera em estreita interacção com a realidade social, que o envolve e que por ele perpassa. Por outro lado, é dominado, teleologicamente, pelos princípios e valores que o informam, dando-lhe ordem e coerência. Por isso, a aplicação da lei aos casos particulares não obedece a um processo puramente técnico, lógico-dedutivo. Implica, além do mais, a compreensão do contexto económico, social e psicológico dos casos, bem como a consideração dos valores de justiça ins-pirados nos princípios da ordem jurídica, no sentir profundo da vida colectiva e no bom senso. Como sublinha o Prof. Jorge Miranda, citando o Prof. Castanheira Neves, “o juiz deve-se fazer intérprete da intenção jurídico-social da comunidade”. Com efeito, o direito positivado não raramente recorre a conceitos indeterminados ou a cláusulas gerais que transferem para o julgador a competência de decidir segundo critérios de justiça objectivos. Noutros casos ainda, ocorrem situações omissas na lei, devendo então o juiz preencher as lacunas pelo recurso à analogia ou apelar a uma norma potencial dentro do espírito do sistema (artigo 10º do Código Civil). Ademais, torna-se hoje cada vez mais frequente e imperioso o apelo a decorências normativas dos princípios gerais, mormente no quadro das garantias dos direitos e deveres fundamentais consagrados na Constituição e revelados nas fontes do Direito Internacional.

Em suma, se, por um lado, o sistema jurídico manifesta a tensão dialéctica da sua complexidade técnico-normativa face à complexidade palpitante da vida social, por outro lado, postula uma sinergia de coerência interna sustentada no universo axiológico que o caracteriza. Nessa medida, exige-se do aplicador do Direito, mormente do deci-

sor judiciário, não só um elevado nível de competência técnica, mas igualmente uma sensibilidade apurada para a compreensão das realidades da vida social que se projectam nos casos de justiça e uma consciência superlativa dos valores jurídico-sociais fundamentais.

Posto isto, as condições e requisitos de acesso à magistratura judicial dos tribunais superiores - tribunais de 2ª instância e Supremo Tribu-nal de Justiça - constituem a garantia fundamental para um exercício qualificado da função jurisdicional que assegure a realização concreta do direito por juízes independentes, imparciais e tecnicamente competentes, o que requer, por seu turno, um recrutamento de magistrados com adequada aptidão técnica e profissional, aferida em função do mérito e experiência já demonstrados, por órgãos e por via de procedimentos constitucionalmente instituídos, segundo os princípios do Estado de direito democrático.

Ora, segundo os nº 3 e 4 do artigo 215º da Constituição, respectivamente, o recrutamento dos juízes dos tribunais judiciais de segunda instância faz-se com prevalência do critério do mérito, por concurso curricular, e o acesso dos juízes do Supremo Tribunal de Justiça faz-se por concurso curricular. Em qualquer dos casos, a nomeação e promoção dos juízes dos tribunais superiores compete ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos da lei (artigo 217º, nº 1, da CRP).

As condições, requisitos e critérios de nomeação e promoção constam do Estatuto dos Magistrados Judiciais (EMJ) aprovado pela Lei nº 21/85, de 30 de Julho, recentemente alterada pela Lei nº 26/2008, de 27 de Junho, a qual entrou em vigor no dia 1 do transacto mês de Setembro. As inovações introduzidas pela nova lei, mormente em sede de acesso aos tribunais superiores, ao que supomos, terão em vista permitir uma avaliação do mérito dos concorrentes numa base mais objectiva e substancial, com uma mediação mais alargada da comunidade jurídica não estritamente confinada ao mundo forense. Nesta perspectiva, o nóvel regime da promoção dos juízes aos tribunais superiores difere significativamente do regime pregresso.

Assim, a nomeação e promoção dos juízes aos tribunais de Relação, segundo o regime anterior faziam-se mediante concurso curricular, com prevalência do critério do mérito entre os juízes da 1ª instância. A base de recrutamento incidia, necessariamente, sobre os 60 juízes de direito mais antigos dos classificados com Muito Bom ou Bom com distinção, que não declarassem renunciar à promoção (artigo 47º, nº 1, do EMJ); a graduação fazia-se segundo o mérito relativo dos concorrentes, tomando em conta a classificação de serviço e a antiguidade (artigo 47º, nº 2, do EMJ). No preenchimento das vagas, observava-se a proporção de 2 para 1 entre os concorrentes classificados respectivamente com Muito Bom e Bom com

distinção, mas, não havendo concorrentes classificados com Muito Bom em número suficiente, as respectivas vagas seriam preenchidas por magistrados classificados com Bom com distinção, e vice-versa (artigo 48º do EMJ).

A graduação, nomeação e promoção competiam exclusivamente ao plenário do Conselho Superior da Magistratura, nos termos dos artigos 149º, alínea a), 151º, alínea a), e 152º, nº 2, parte final, do EMJ.

Do referido regime extrai-se que a promoção dos juízes aos tribunais de Relação assentava em dois vectores: o mérito e a antiguidade, os quais reflectem, respectivamente, a competência técnica e a experiência profissional. A antiguidade servia de critério-base para definir o universo dos concorrentes e para alinhar a graduação dos promovidos; o mérito, aferido pela última classificação de serviço, sobrepunha-se-lhe depois, em primeiro lugar, como factor de delimitação do universo dos concorrentes e, num segundo momento, como factor prevalente da graduação, embora mitigado pela referida proporção no preenchimento das vagas entre os concorrentes classificados com Muito Bom e com Bom com distinção. Assim sendo, daí resultava que a promoção dos juízes de direito aos tribunais de Relação se fazia, nuclearmente, com base no respectivo mérito, o qual estava pressuposto na última classificação de serviço. Esta classificação, por sua vez, reflectiria a avaliação do concorrente, feita pelos ser-viços de inspecção e homologada pelo Conselho Superior da Magistratura, sobre as suas capacidades humanas para o exercício da profissão, a sua adaptação ao tribunal ou serviço e a sua preparação técnica.

Pode parecer, à primeira vista, de algum modo, iníquo atender unicamente à última classificação de serviço, mas importa não esquecer que as sucessivas classificações, ao longo da carreira profissional, obedeciam a um critério evolutivo em que eram sempre ponderadas as classificações anteriores. Por outro lado, nem sempre os planos de inspecção conseguiam manter a mesma regularidade para todos os inspeccionados, não obstante as significativas melhorias dos últimos anos.

Quanto ao relevo dado à antiguidade, convém lembrar que se trata de um critério objectivo indiciador do capital de experiência do concorrente, tão necessário para as funções nos tribunais superiores, e compatível com a prevalência do mérito, já que opera sobre um universo qualificado de concorrentes. Mesmo quando, por via da antiguidade, possa porventura um concorrente classificado de Bom com distinção ser graduado acima de outro concorrente classificado de Muito Bom, tal não significa necessariamente que aquele, com mais experiência profissional, não reúna melhor capacidade de desempenho.

A Lei nº 26/2008 veio alterar significativamente o regime de concur-so aos tribunais de Relação.

Segundo o nº 1 do artigo 46º do EMJ, o provimento de vagas de juiz da relação faz-se por promoção mediante concurso curricular com preva-lência do mérito entre juízes da 1ª instância. E, nos termos do nº 2 daquele normativo, o concurso é aberto por deliberação do CSM quando se verifique a existência e necessidade de provimento das vagas.

Nos termos do artigo 47º do mesmo Estatuto, agora na redacção dada pela Lei nº 26/2008, o concurso compreende duas fases:

- a) - a primeira fase destina-se a delimitar o universo dos concorrentes a admitir, de entre os juízes de direito mais antigos dos classificados com Muito Bom ou Bom com distinção, devendo o CSM tomar em consideração, para efeito de definição do número de vagas a concurso, o dobro do número de lugares não providos nos tribunais de Relação; a distribuição das vagas, nesta fase, faz-se na proporção de duas para uma, pelos concorrentes classificados, respectivamente, com Muito Bom ou Bom com distin-ção (artigo 48, nº 1, do EMJ);
- b) - a segunda fase é integrada por uma avaliação curricular de cada concorrente admitido na 1ª fase e pela subsequente graduação final.

Nos termos do nº 4 do citado artigo 47º, a avaliação curricular consiste na discussão pública do currículo de cada concorrente perante um júri integrado por cinco elementos: um presidente e quatro vogais.

A presidência do júri é assumida pelo Presidente do Supremo Tribu-nal de Justiça, que poderá delegar num dos seus vice-presidentes ou em outro membro do CSM com categoria igual ou superior à de juiz desembargador.

Como vogais intervêm:

- um magistrado membro do CSM com categoria não inferior à de juiz desembargador;
- dois membros do CSM não pertencentes à magistratura, a eleger por aquele órgão;
- um professor universitário de Direito, com categoria não inferior à de professor associado, que será escolhido pelo próprio CSM, mediante votação secreta, de entre os professores indicados, a solicitação do mesmo Conselho, às universidades, institutos universitários e outras escolas universitárias, públicos ou privados, que ministrem o curso de Direito.

O resultado da avaliação será traduzido em parecer sobre a prestação de cada concorrente, parecer esse que será tomado em consideração pelo CSM na graduação final, mas de que pode discordar, fundamentadamente.

A graduação final é feita pelo CSM, mediante acórdão, em função do mérito relativo dos concorrentes, para o que contam 40% da avaliação curricular e 60% das anteriores classificações, preferindo, em caso de empate, o juiz com mais antiguidade de serviço.

Perante um quadro legal assim tão esquemático, podem-se suscitar várias dúvi-

das, sendo que algumas delas bem poderão vir a ser colmatadas por via do regulamento do concurso a aprovar pelo CSM, ao abrigo da competência que lhe é conferida pelo artigo 47º, nº 8, do EMJ.

Assim, e no que respeita ao júri, a primeira observação, que é, no entanto, mais um curiosidade, respeita à qualidade em que intervém o res-pectivo presidente, não se descortinando bem qual a razão por que, diversa-mente do que sucede com o presidente do júri da avaliação curricular dos concorrentes ao STJ, aquele não integra o júri na qualidade de Presidente do CSM, permitindo-se, por outro lado, que possa delegar nos seus vice-presidentes ou em outro membro do CSM com categoria igual ou superior à de juiz desembargador, em derrogação do mecanismo de substituição legal do Presidente do CSM previsto no nº 1 do artigo 154º do EMJ. Há aqui alguma incoerência sistémica, que esperamos não venha a desvirtuar o princípio da identidade dos membros do júri como garantia que é do tratamento equitativo de todos os concorrentes.

Também a lei não especifica o modo de designação como vogal do júri do magistrado membro do CSM com categoria não inferior à de juiz desembargador, tal como faz em relação aos dois membros daquele Conselho não magistrados. Pergunto : - será igualmente por votação do CSM?

No que respeita à intervenção de um professor de direito como vogal do júri, que será, ao que supomos, de natureza técnico-científica, a dúvida que surge prende-se com o facto de o universo dos concorrentes poder ser tão heterogéneo quanto as respectivas experiências profissionais, em razão das diversas áreas de jurisdição em que terão exercido as suas funções. Nesse quadro, será viável a escolha de um único professor de direito que corresponda a todas as valências técnico-jurídicas dos concorrentes - v.g. para as áreas de civil, penal, família e menores e trabalho -, de forma a garantir o tratamento equitativo na apreciação relativa do mérito? Talvez, este problema possa ser debelado pela designação de membros suplentes.

Outro ponto lacunoso é o que respeita ao funcionamento do júri na discussão pública dos currículos, mais precisamente se ela deve ser feita na presença de todos os seus membros, como sucede no âmbito do regime geral do recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública, nos termos do nº 1 do art. 15º do Dec.-Lei nº 204/98, de 11 de Julho) ou se segue porventura a regra

da maioria do número legal dos membros do órgão colegial prevista no nº 1 do artigo 22º, para o quórum deliberativo.

Também a lei nada refere quanto aos limites de duração de cada discussão curricular e não é precisa quanto à estrutura ou modo dessa discussão, o que, aliás, poderá vir a ser objecto do regulamento do concurso.

Relativamente ao objecto da avaliação curricular, como esta tem por finalidade a emissão de um parecer sobre o mérito relativo dos concorrentes, o seu conteúdo não poderá deixar de ter o alcance definido, em termos gerais, no nº 1 do artigo 34º do EMJ, ou seja, incidir sobre :

a) – a componente da experiência profissional, traduzida no modo como os juízes de direito desempenham a função, tendo em conta o volume, dificuldade e gestão do serviço a seu cargo, a capacidade de simplificação dos actos processuais e as condições do trabalho prestado, que constituem assim índices de aferição da experiência profissional;

b) - a componente da formação profissional, revelada na preparação técnica, categoria profissional, trabalhos jurídicos publicados e ido-neidade cívica.

No entanto, importará definir os factores ou os critérios de avaliação, um pouco à semelhança do que se encontra hoje previsto no artigo 13º do Regulamento das Inspeções Judiciais.

Haverá porventura que definir o tipo de elementos a utilizar pelo júri, bem como os parâmetros da organização formal dos curricula a apresentar pelos concorrentes. Estabelece o nº 7 do artigo 47º do EMJ que a avaliação curricular vale 40% para a classificação do mérito base da graduação final, mas falta saber como se apura o factor sobre que incide tal percentagem, mormente quais os pesos relativos das diversas componentes ou segmentos que integram o objecto da avaliação curricular. Com efeito, a prévia definição dos coeficientes a ter em conta é uma garantia fundamental para a equidade, objectividade e transparência de qualquer método de selecção, pelo que não deixará de figurar no regulamento do concurso.

Para a graduação final relevam ainda, na proporção de 60%, as anteriores classificações de serviço. Tudo está em saber como se apura o factor de base, ou seja, como se convertem as sucessivas classificações qualitativas de serviço numa classificação quantitativa. Será este um dos pontos porventura mais críticos do sistema, tendo em conta

que cada classificação já reflecte, de forma evolutiva, as classificações anteriores e que uma ponderação equitativa supõe ainda a regularidade e a uniformização possível dos critérios da actividade inspectiva em relação ao universo dos concorrentes. Outra questão que se pode colocar é a de saber como se compatibiliza a ponderação das classificações anteriores da avaliação curricular com a ponderação na quota dos 60%, de forma a evitar que ocorra sobreposição ou até contradição em relação ao mesmo item.

No que respeita agora ao concurso para a magistratura do STJ, algumas das lacunas acima mencionadas encontram-se, de certo modo, colmatadas, mormente no que respeita aos factores a ter em conta na avaliação curricular, sendo que o critério de apreciação global desses factores, como se determina no número 1 do artigo 52º do EMJ, não acarreta os inconvenientes técnicos resultantes do espartilhamento nas percentagens exigidas para a graduação final no concurso para a magistratura dos tribunais de Relação. Ali a equidade e a transparência do concurso podem ser perfeitamente asseguradas pela definição prévia dos coeficientes a atribuir a cada um desses factores. Todavia também, nesta sede, persistem as dúvidas acima suscitadas quanto ao modo, estrutura e duração da discussão curricular e quanto ao critério de escolha do professor universitário para vogal do júri.

Um derradeiro ponto que me parece, no mínimo, irrealista é a lei não permitir a cobertura das vagas não preenchidas destinadas aos juristas de mérito pelos demais concorrentes, tendo em conta a escassa apetência que tem havido nesse domínio. Esperamos que a ingente necessidade do preenchimento dessas vagas não se repercuta em quebra dos níveis de exigência na aplicação dos critérios de selecção.

A finalizar, gostaria de deixar aqui bem expresso que, não sendo eu, de modo algum, experimentado e muito menos versado no assunto em foco, me limitei a enunciar algumas preocupações, que supenho partilhadas por outros colegas, e que gostaria de ver esclarecidas no sentido de reforçar a nossa confiança num sistema de acesso aos tribunais superiores, que todos pretendemos seja equitativo e transparente para reforçar a legitimidade e independência do poder judicial e prestigiar a Justiça Portuguesa.



<http://darconfianca.blogspot.com>

artigo

O novo regime jurídico do divórcio e os direitos das mulheres e das crianças

Numa primeira leitura, o texto da nova lei do divórcio parece um texto satisfatório. Mas, na realidade social actual, profundamente marcada pelo estatuto de subordinação das mulheres, assenta numa ficção, e desprotege as mulheres e as crianças vítimas de violência doméstica, tornando este crime invisível no domínio do direito da família e sem sanções nos efeitos do divórcio.

Não significa, esta crítica, que a lei anterior, oriunda da reforma de 1977, contivesse já toda a protecção necessária para as mulheres e para as crianças. Mas foi uma reforma feita a pensar na promoção dos seus direitos, representando uma ruptura histórica com o sistema patriarcal de família. Já esta reforma, pelo contrário, silenciou o que têm sido os problemas das mulheres e das crianças vítimas de violência, nos processos de regulação das responsabilidades parentais, silêncio que a nossa vizinha Espanha não praticou, prevendo que não será decretada a guarda conjunta quando esteja em curso um processo-crime contra um dos pais por atentar contra a vida, a integridade física e moral, a liberdade e integridade sexual do outro cônjuge ou dos filhos ou quando haja indícios fundados de violência doméstica. No mesmo sentido, o direito francês, no art. 221.º do code civil, prevê uma providência cautelar que permite às mulheres vítimas de violência, o direito de ficarem a residir na casa de morada de família e a condenação imediata do agressor a prestar alimentos.

A discussão em torno dos requisitos e dos efeitos do divórcio não pode ser feita, colocando à margem a violência doméstica. Pelo contrário, a violência doméstica está no centro da questão e as mulheres vítimas são as principais interessadas no regime jurídico do divórcio e das responsabilidades

Maria Clara Sottomayor
(Docente da Escola de Direito do Porto da UCP
Coordenadora da Delegação Regional do Norte da APMJ)

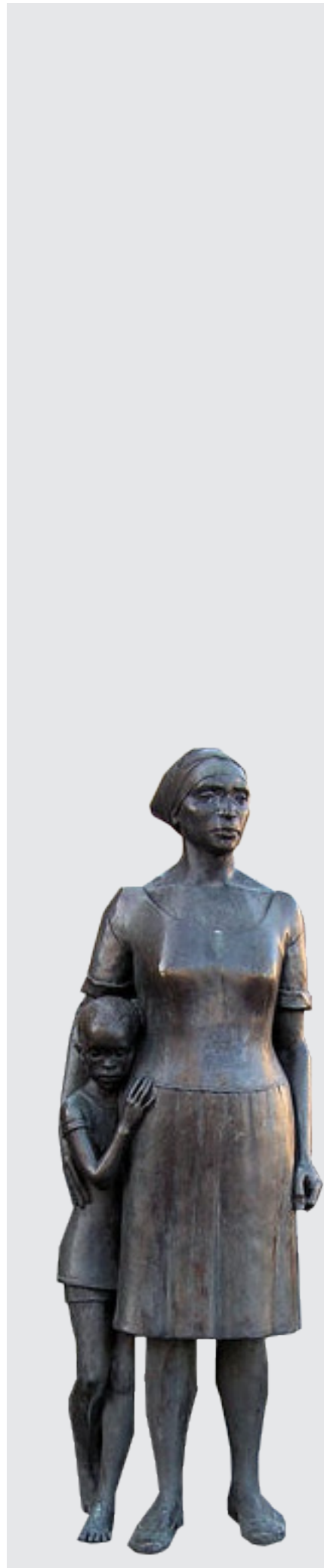


parentais. A formulação encontrada para integrar a violência doméstica como causa de divórcio (art. 1781.º, al. d) – um facto que, independentemente de culpa, determina uma ruptura definitiva da vida em comum – não é tecnicamente adequada. A violência doméstica constitui um facto ilícito praticado com culpa civil e penal, reflectindo um particular desvalor, devido à gravidade dos danos psicológicos provocados às vítimas. Esta ficção de que não há culpa no divórcio serve para promover a crença num divórcio limpo e sanitário, mas a mensagem que passa para as mulheres é a de que, os casamentos em que viram, durante anos, a sua integridade violada, se desfazem sem culpa de ninguém, “por incompatibilidades de feitios”. O Parlamento francês, inicialmente adepto de um modelo único de divórcio sem culpa, acabou por manter o divórcio litigioso por violação culposa dos deveres conjugais, entendendo que a falta de sanção para a violação dos deveres conjugais produziria efeitos simbólicos negativos para a sociedade. No mesmo sentido, as comissões de mulheres encarregadas de estudar a reforma do divórcio foram favoráveis à manutenção do divórcio por violação culposa dos deveres conjugais, pois, as mulheres vítimas de violência precisam, para a sua recuperação psicológica, da declaração de que o marido é o principal culpado no divórcio. E não se diga que, sendo a violência doméstica um crime público, os processos penais serão o lugar para fazer justiça. As mulheres e os terceiros conhecedores do crime nem sempre o comunicam às autoridades. Da totalidade de ocorrências registadas na PSP e na GNR, 20595, em 2006 (Igualdade de Género, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa, 2007, p. 126), só uma reduzida parte termina em condenações penais, por exemplo, no mesmo ano, houve 535 (Estatísticas da Justiça, 2006). A facilitação do divórcio pretendida com esta reforma, que permitiria um divórcio rápido às mulheres, também não é atingida: os factos têm de ser provados, com todas as dificuldades e conflitos inerentes, e o(a) juiz(a) fará recair sobre os factos provados o seu juízo de valor discricionário sobre a questão de saber se há ou não uma ruptura



definitiva da vida em comum, podendo não decretar o divórcio. Quanto às consequências patrimoniais do divórcio, as normas sobre alimentos foram pensadas para uma sociedade em que mulheres e homens ocupam posições iguais e não têm em conta que o trabalho das mulheres na família não tem transferência para o mercado do trabalho. Destacamos o art 2016.º A, n.º 3 que nega, ao cônjuge credor, o direito de exigir a manutenção do padrão de vida de que beneficiou na constância do matrimónio, acabando, assim, com a jurisprudência que defendia que o cônjuge inocente tinha direito a manter o mesmo nível de vida. As boas intenções desta reforma com a atribuição do direito de compensação ao cônjuge que deu um contributo maior para a vida doméstica também, com toda a probabilidade, não cumprirão as expectativas criadas e serão frustradas, na prática, devido aos vários conceitos indeterminados utilizados no n.º 2 do art. 1676.º: o contributo do cônjuge tem de ser “consideravelmente superior” ao do outro, a sua renúncia à satisfação dos seus interesses deve ser “excessiva” e ter provocado “prejuízos patrimoniais importantes”. A lei, para ser eficaz, deve estar redigida através de conceitos precisos, para que não se levantem dúvidas de interpretação que só favorecem quem se recusa a pagar. As mulheres têm direito, por exigência de justiça e de igualdade, à remuneração do trabalho doméstico, quer tenham abdicado de seguir uma carreira profissional, quer tenham acumulado uma carreira com o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos, com sacrifícios na vida pessoal, laboral e cívica, que os homens, em regra, não fazem. O legislador, lamentavelmente, também não aproveitou a oportunidade para alterar a noção de bens comuns, para efeitos de partilha, neles incluindo a chamada nova propriedade, designadamente as habilitações profissionais, o bom nome profissional e as pensões de reforma, obtidas pelos homens com o esforço das mulheres no trabalho doméstico e no cuidado dos filhos.

Relativamente ao exercício conjunto das responsabilidades parentais, tenho discordado que possa ser judicialmente imposto contra a vontade do progenitor que cuida do(a)s filho(a)s, no dia-a-dia, normalmente, a mãe. Com a nova redacção do art. 1906.º, passaremos a ter, nas famílias conflituosas, um pretexto para os homens controlarem os projectos de vida das mulheres, as suas deslocações ao estrangeiro e as decisões importantes em relação aos(a)s filho(a)s, tal como sucedia antes da Reforma de 1977. A exigência legal de os pais tomarem decisões em conjunto coloca, também, em perigo, as mulheres e as crianças vítimas de violência doméstica, continuamente sujeitas à chantagem e à repetição das agressões. O facto de a lei ter uma válvula de escape que permite



ao(a) juiz(a) decretar o exercício exclusivo das responsabilidades parentais, sempre que o exercício conjunto seja contrário ao interesse da criança, não é suficiente, dado o carácter altamente subjectivo do conceito. Teria sido mais correcto que a lei afirmasse, como excepções ao exercício conjunto, as famílias com história de violência doméstica e aquelas em que existe um elevado grau de conflitualidade. Também em relação à nova redacção do crime de subtracção de menores, se verifica uma grave discriminação das mulheres, que serão aquelas que, por terem a guarda dos filhos, estão sujeitas a perseguição penal por incumprimento do regime de visitas. Mais uma vez, as mulheres vítimas de violência doméstica serão as principais prejudicadas, pois as alegações de violência, maus tratos ou de abuso sexual, num contexto de divórcio sem culpa, serão vistas como uma estratégia vingativa das mulheres, como tem sucedido nos EUA. Esta norma penal constitui, também, uma violação dos direitos das crianças, reduzidas à condição de objecto de direitos do progenitor, na medida em que, mesmo que o fundamento do incumprimento resida no respeito pela vontade da criança com mais de 12 anos, a mãe poderá ser condenada, havendo, apenas, uma atenuação especial da pena. Esta causa de atenuação da pena prevista no art. 249.º, n.º 2 do CP deve ser transformada numa causa de exclusão da ilicitude e ser dada relevância à oposição da criança, a partir dos cinco anos de idade, conforme jurisprudência constante do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Na interpretação desta norma, deve prevalecer a ideia que todas as decisões judiciais relativas a crianças devem ser tomadas de acordo com o seu superior interesse, e no respeito pela sua vontade e autonomia. O bem jurídico protegido pela norma penal não pode deixar de ser o interesse da criança, por força do recurso à interpretação conforme à Constituição, que remete para todos os direitos fundamentais de natureza análoga (art. 17.º), como os consagrados na Convenção dos Direitos das Crianças de 1989. No caso de não haver qualquer relação afectiva entre o progenitor que reclama a criança e esta, não haverá sequer tipicidade penal, caso contrário estar-se-ia a admitir que a lei penal tratasse as crianças, como um objecto, propriedade do pai, que reclama as visitas, como se as relações afectivas pudessem ser judicialmente exigíveis. Está ultrapassada, hoje, a visão dos pais, como titulares de direitos soberanos em relação aos filhos. O poder paternal deixa de significar posse ou domínio para se transformar num conjunto de responsabilidades. Em face de uma norma penal deste teor, é importante que a jurisprudência reaja, aplicando como causas de exclusão da ilicitude do crime, a violência doméstica contra a mulher, os maus-tratos às crianças e a negligência parental, e como causa de exclusão da culpa, a recusa de entrega motivada pelo desejo da mãe proteger a criança de um perigo, mesmo que nunca tenha havido, no passado, comportamentos violentos do pai.

artigo

PROCESSO PENAL E TRIBUNAIS CRIMINAIS

A recente reforma do processo penal veio avivar inúmeras questões a propósito das repercussões sociais e políticas do funcionamento da justiça criminal e da actividade da tutela jurisdicional, nessa área mais sensível do direito e da regulação social que é a criminal.

Do que muito se pode dizer sobre o impacto de uma reforma na legislação penal, e nomeadamente com o alcance que esta última reforma penal portuguesa veio a ter, destacaríamos a importância que tem e sempre teve a ideia de sistema para a política de reforma da justiça penal portuguesa.

Na verdade, a desconsideração das múltiplas implicações que tem uma determinada alteração legal para a actividade da justiça no seu todo, e, por aí, para a tutela jurisdicional penal, pode fazer descobrir um conjunto de disfuncionalidades ao nível da organização e gestão dos tribunais, do processamento dos casos judiciais e da correspondente litigância, que é gerador de inesperados e perversos efeitos, incompatíveis com as finalidades que estiveram na égide da reforma.

Tudo isto potenciado pela particular sensibilidade com que o ambiente social e comunicacional da nossa sociedade actual se disponibiliza para amplificar e caracterizar essas disfunções da justiça criminal, a um nível mais imediato ou superficial. Em que a projecção social sobre a justiça se encontra muito marcada pela cena mediática e pelas apreensões colectivas geradas por determinados casos judiciais mais propícios à “dramatização” judicial e criminal. O que quase sempre se traduz no enunciado do mau funcionamento da justiça portuguesa que é demorada, incompreensível (na aporia recorrente sobre os juizes portugueses que tanto prendem cidadãos impolutos como soltam cadastrados) e de pouca qualidade e, nessa medida, vai implicando a degradação do nível de confiança nos tribunais.

Se é certo que as garantias procedimentais ligadas com a prossecução criminal devem ser apuradas e levadas a sério, desde o decisor legislativo, passando pelo decisor jurisdicional até ao plano da execução das penas, a verdade é que a definição do como, do modo e do tempo em que se praticam os

actos e em que se realiza a actividade jurisdicional não pode entrar em dessintonia com a capacidade básica do sistema judicial em responder a essas exigências procedimentais.

A título de exemplo, refira-se que o encurtamento dos prazos de prisão preventiva nas suas diversas fases processuais tem implicações na estrutura da litigância pendente nas suas diversas fases processuais (acusação, instrução e julgamento), a qual, assim, vai oscilando, com grande impacto conjuntural, das estruturas do M.º P.º para os Tribunais; que um maior detalhe da intervenção jurisdicional nos meios de obtenção de prova de maior complexidade (v.g. intercepções de comunicações telefónicas ou por meios electrónicos) tem uma incisiva repercussão na gestão do tempo da actividade do juiz instrutor ou de julgamento; que a consagração de um maior número de direitos processuais à defesa ou às partes processuais no âmbito do processo penal, designadamente ao nível da instrução probatória, tem implicações na menor ou maior extensão das diligências processuais e das audiências de julgamento; que o alargamento das causas de impedimento em julgamento do juiz aplicador de medidas de coacção gera dificuldades ao nível da disponibilização dos recursos jurisdicionais para o julgamento; que o regime mais apertado de competência do tribunal de julgamento ou de composição do colectivo nos casos de reenvio do processo pelo tribunal de recurso gera a mesma dificuldade na organização e gestão dos mesmos recursos jurisdicionais; ou, mais ainda, que o aumento do grau de exigência ao nível da fundamentação de todas as decisões jurisdicionais que são proferidas no processo transforma as várias instâncias processuais em penosos e demorados contenciosos anulatórios.

Salienta-se, também, como paradigmática desse impacto das reformas processuais, a previsão de um mecanismo de reabertura da audiência de julgamento para aplicação no tempo da lei penal mais favorável (mesmo) para além do trânsito em julgado que, por via da sua aplicação recorrente aos casos respeitantes a processos em fase de execução de pena de prisão inferior a cinco anos gerou o aparecimento de um número elevado (e

Nuno Coelho
Juiz de Direito



quase massificado) de requerimentos com vista à prossecução daquela finalidade. Tudo isto, obviamente, com o agendamento de inúmeras audiências de julgamento com que o sistema judicial, no seu funcionamento regular, não contava, gerando estranheza ao nível da articulação da autoridade do caso julgado e motivando inúmeras divergências jurisprudências tanto ao nível da extensão do regime como das provas admissíveis.

As finalidades próprias da actividade judicial são prosseguidas, efectivamente, mediante determinada actividade organizada inserida, enquanto tal, num quadro institucional tomado como o mais apropriado. Nessa medida, o sistema judicial vai gerando determinados procedimentos segundo normas previamente estabelecidas – ordem formal e processual –, discernindo o tempo e o modo de prática dos actos correspondentes, a conformação do debate judicial estabelecido entre as partes e entre estas e o tribunal, oferecendo as garantias necessárias quanto à forma pelas quais as causas são instruídas, julgadas e decididas.

O posicionamento que é clássico ao nosso direito, de pendor normativista, gerou uma noção do processo direccionada para a conformação teórica da acção, do seu objecto, dos pressupostos processuais e da decisão judicial, sem que a sua inserção problemática tivesse, pelo menos de forma habitual, considerações de índole política, social e sistémica.

Isto não faz esquecer, muito pelo contrário, que o direito tem também por função, dentro das sociedades modernas, a elaboração de normas práticas e a sua aplicação nos casos litigiosos, submetendo-os aos limites de uma ética da discussão que condiciona a aceitação racional dessas normas e, por consequência, também a sua legitimidade. Uma decisão justa supõe, nessa medida, um procedimento correcto, sendo que as regras processuais não são formalidades vazias de sentido. Elas são essenciais pois organizam o debate que é indispensável à justa aplicação das regras jurídicas. As regras processuais modelam, ao nível judicial, os princípios da ética da discussão. As vias procedimentais são pois importantes para o direito enquanto tal e são elas próprias constitutivas

das posições jurídicas, e afirmam-se também enquanto direito, sendo pois integrantes do processo decisional, sendo a decisão, finalidade última dos procedimentos, devidamente articulada, aceite, legitimada e validada por via da sua conformidade com os traços, as formas e os fundamentos essenciais do processo. Daí a importância da consagração jusfundamental dos direitos ligados à garantia de acesso à justiça e à estruturação da ordem processual pelas normas constitucionais, tudo isto na temática dos direitos processuais fundamentais.

Também não faz esquecer que o direito à decisão em prazo razoável, tal como dita o enunciado constitucional do Art.º 20.º, n.º 4, da Constituição Portuguesa (CRP), se deve compatibilizar com as exigências de um processo equitativo e leal (due process of law). O que significa que a celeridade não afasta a necessidade de o processo se conformar de modo adequado a assegurar, designadamente, o contraditório, a defesa do arguido, a igualdade de armas, a produção da prova, a averiguação da verdade, a ponderação e a fundamentação da decisão. Desde logo porque o arguido deve ser julgado “no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa” – cfr. Art.º 32.º, n.º 2, da CRP.

Mas a verdade é que se torna indispensável, do mesmo modo, gerar uma nova visão sobre a questão processual enquanto objecto da organização e gestão do sistema judicial, aqui mais marcadamente da organização e gestão dos núcleos jurisdicionais correspondentes ao tribunal ou à secção judicial onde cada um dos juizes exerce funções, nas suas múltiplas ligações: com as partes processuais, com o grupo de trabalho da secção judicial, com os seus colegas de tribunal, com os vários tribunais, e, por aí fora num funcionamento em rede até às relações com o sistema no seu todo.

O que tem demonstrado a necessidade de aprofundar as práticas e as estratégias dos vários actores do processo sobre a utiliza-

ção das várias dimensões processuais, tanto nas dimensões do espaço, das quantidades e sobretudo do tempo judicial utilizado e estimado. Sendo o interesse direccionado para os métodos de trabalho dos juizes no que respeita ao decurso e ao tratamento dos processos, mas sem esquecer que a prática ensina que os poderes e prerrogativas jurisdicionais dependem também da utilização que deles se faz e da forma como os diversos actores judiciais interagem a propósito da litigância, dos processos e nos vários actos, diligências e audiências que decorrem em cada um dos processos. Processos que suscitem sempre uma unidade dinâmica organizada e encadeada de formas, tempos, ritos, fórmulas, competências, poderes, prerrogativas, direitos, articulados, requerimentos, inquirições, declarações, esclarecimentos, intervenções, alegações e decisões, elementos esses que são actuados, pelos respectivos sujeitos, no espaço judicial, com as influências e as interacções próprias do ambiente social, político e económico envolvente.

Não sendo aqui de esquecer outro tipo de inferências mais profundas sobre as dinâmicas do direito na sua realização prática – o direito “vivo” (“law in action”) - e as formas de exercício dessa acção do jurídico nas instâncias jurisdicionais, enquanto componentes centrais da arquitectura do sistema jurídico.

Esta nova visão do processo implica, mais ainda, uma atenção mais cuidada sobre os custos sociais e económicos ligados à duração dos processos, com a apreciação dos factores conducentes aos atrasos processuais e à melhor forma de os resolver.

Numa definição dos tempos de resposta da actividade jurisdicional – “em tempo razoável” - que seja compatível com todas estas finalidades, pressupostos e valores. Numa duração ideal do processo que garanta a efectividade da tutela judicial, a boa decisão da causa, a justeza do procedimento

e as garantias de defesa do arguido. Em que a dinâmica do processo se coloca, no fundo, ao serviço da eficácia, da efectividade e da qualidade da justiça.

Uma visão organizativa da tarefa jurisdicional, em que o processo é visto como um verdadeiro instrumento das finalidades da função jurisdicional e integrado numa visão sistémica da realização da justiça, como tem sido defendido pelas mais recentes gerações de processualistas.

Na valorização de um modelo de maior flexibilidade e amplitude na gestão processual, de maior dinamismo e intervenção do juiz, com um acréscimo de instrumentos processuais à disposição, sobretudo nas situações de litigância de massa ou de litigância complexa, a contrastar com o modelo estático de acção individual que fez tradição no mundo do direito. Mas sem quebras ao nível das garantias procedimentais e dos valores invocados, numa compatibilização de valores que não é resolvida por simples decreto legislativo, por mais boa que seja a norma legal.

Centrada sobretudo na 15.ª alteração ao Código de Processo Penal (CPP) que resultou da publicação e vigência da Lei n.º 48/2007 de 29/8.

Prazos de duração máxima agora consagrados na letra do alterado Art.º 215.º do CPP.

Na fundamentação do despacho de autorização, nas formalidades prosseguidas e no acompanhamento judicial da intercepção, gravação, registo e guarda das conversações e comunicações, tal como previsto no Art.º 188.º do CPP, também objecto de alteração.

Assim, tal como consagra a letra do actual Art.º 40.º, alínea a), do CPP.

Do mesmo modo, na letra dos actuais Art.ºs 40.º e 426.º-A, ambos do CPP.

Veja-se, entre outras, as alterações ao nível dos requisitos de fundamentação e conformação das decisões judiciais sobre as intercepções telefónicas ou de outras comunicações, sobre as medidas de coacção ou sobre o reexame dos pressupostos da prisão preventiva e da obrigação de permanência na habitação (cfr. os Art.ºs 187.º, 188.º, 194.º, n.º 4 e 213.º, todos do CPP na versão actual objecto da mencionada revisão legislativa).

Na articulação do regime penal mais favorável resultante da alteração ao Art.º 50.º do Código Penal em vista da publicação e vigência da Lei 59/2007 de 4/9, com a norma do novel Art.º 371.º-A do CPP, aditado nesta mais recente alteração ao CPP (protagonizada pela aludida Lei n.º 48/2007 de 29/8).

Percebendo-se se esse processamento dos casos obedece às exigências do tratamento diferenciado dos processos segundo o seu grau de urgência, a sua natureza e a sua complexidade.



Felicitações

Os corpos sociais do Movimento Justiça e Democracia congratulam o sr. dr. Nuno Miguel Ribeiro Coelho pela obtenção do grau de mestre.

O dr. Nuno Coelho é sócio fundador do Movimento Justiça e Democracia e tem desenvolvido meritório e intenso trabalho sobre a temática da Organização, Gestão e Administração dos Tribunais, área a que dedica a sua tese de mestrado.

artigo

EU CONFIO (D.A.R. CONFIANÇA)

Há momentos na nossa vida em que somos obrigados a acarinhar os projectos em que acreditamos. Trata-se afinal dum acto de cidadania e que, ao contrário do que possa parecer, não se projecta tão-só no seio da magistratura judicial.

Vêm aí mais umas eleições para a Direcção da Associação Sindical dos Juízes Portugueses (ASJP), respectivas Direcções Regionais e Conselho Geral.

O breve apontamento que se segue não tem outro alcance que não seja o de enaltecer o meritório trabalho e esforço desenvolvido pela Direcção Nacional cessante e de, consequentemente, manifestar o meu total apoio à recandidatura do Juiz Desembargador António Martins a Presidente da Direcção e, naturalmente, a todos os que integram a sua equipa, aqui incluindo os candidatos às Direcções Regionais e ao Conselho Geral. Apesar das muitas circunstâncias adversas, que não cabe elencar neste curto espaço – mas que todos conhecem – a actividade desenvolvida pela ASJP, ao longo do triénio prestes a terminar, pautou-se sempre pela dedicação às causas da Justiça e dos Juízes, pela promoção duma melhor Justiça e dum mais próximo e concreto acompanhamento da situação dos magistrados judiciais e dos tribunais.

Saliento, entre muitos outros aspectos positivos, a inofismável melhoria de qualidade do Boletim Informativo, os muitos pareceres e estudos realizados sobre projectos ou propostas de novos diplomas legislativos, a pró-actividade do entretanto criado Gabinete de Observação dos Tribunais, a fundação da Revista Julgar, que vai já no seu nº 6 e que veio colmatar uma lacuna grave ao nível da promoção, produção e divulgação de textos científicos, ou meramente analíticos, sobre o mundo do direito, e em que têm colaborado não só juízes mas também outros eminentes juristas, alargando-se assim o espaço de discussão e de saudável pluralidade de pontos de vista.

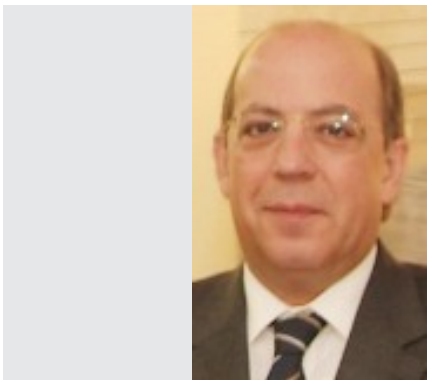
The last but not the least, o Oitavo Congresso da ASJP, que decorreu em Novembro passado na Póvoa do Varzim, assinalavelmente participativo, foi mais um momento alto do desempenho e da capacidade organizativa da Direcção, que soube, desig-

nadamente, dar também oportunidade às mais novas gerações de juízes e juízas de aí revelarem a excelência das suas capacidades e cujo comprometimento no desbravar de novos caminhos, em que avulta a própria modernização do discurso judicial, que tão necessário é ao reforço da eficiência e da boa imagem externa dos tribunais. Nesse Congresso, aliás, foi apresentado publicamente o documento designado por Compromisso Ético dos Juízes Portugueses, em cuja elaboração participaram, ao longo de mais de um ano, centenas de juízes e juízas de várias gerações, desde Conselheiros a Magistrados a exercer em comarcas de 1º Acesso – participação essa que sempre esteve aberta a todos os que nela se mostraram interessados – e que constitui um novo e útil instrumento de densificação dos valores e princípios por que nos regemos, sem margem para fundamentalismos mas com um carácter prospectivo do que é e será o papel e o lugar do juiz na Aldeia Global do século XXI.

Quero aqui saudar a opção que foi feita pela Direcção da ASJP cessante – e, espero, brevemente reconduzida – na elevação da sua mensagem institucional, na respeitabilidade da sua postura, com o que logrou granjear a atenção para as dificuldades com que se debatem os juízes e para as carências com que funcionam os tribunais, sem prescindir da acutilância exigível em cada caso, designadamente em face dos poderes legislativo e executivo do Estado, Presidente da República, Assembleia da República e Governo. Não é certamente com radicalismos ou sectarismos, aliás impróprios de quem tem por nobre missão e alta responsabilidade o exercício do poder soberano e independente de julgar, que os juízes verão reconhecido o seu especial estatuto, enquanto titulares de órgão constitucional de soberania, em equiparação com os outros órgãos do Estado, como é próprio dum Estado de Direito moderno.

Muito está, porém, por fazer e o contributo dos juízes, enquanto profundos conhecedores dos atavismos que ainda persistem na máquina judiciária e das disfunções do

António Alberto Rodrigues Ribeiro
Juiz Desembargador



ordenamento jurídico, respeitando sempre o princípio da separação dos poderes e a legitimidade do legislador e dos governantes para escolherem aquelas que entendam ser as melhores opções, será tão mais relevante quanto mais lograr abrir a reflexão a outros horizontes, tão presentemente próximos mas tão frequentemente obnubilados.

A esse propósito chamo a atenção, a título de exemplo, para o recente Relatório do Comité da Concorrência da OCDE (Fevereiro de 2008) de Apresentação da Complexidade das Teorias Económicas aos Juízes (OECD – Policy Roundtables – Presenting Complex Economic Theories to Judges), em que, a propósito das Políticas Europeias da Concorrência, se tratam assuntos tão actuais e decisivos como a necessidade de especialização dos tribunais e dos juízes, da implementação de assessorias económico-financeiras nos tribunais, da simplificação dos relatórios técnicos sobre estas matérias, de modo a deles poderem ser extraídas em plenitude as suas intrínsecas virtualidades probatórias em juízo.

De facto, num quadro legislativo cada vez mais vasto e abrangente (português e europeu), poderá cada juiz continuar a ser uma espécie de clínico geral? Não deveremos enveredar mais urgentemente por uma maior especialização judicial, com a consequente necessidade de mais específica formação dos magistrados em áreas como essa da Concorrência, mas também na dos Direitos Fundamentais, do Direito do Ambiente e dos Recursos Naturais, do Direito da Medicina e Bio-médico, do Direito dos Consumidores, ou da criminalidade económico-financeira?

Como questiona o Professor Gomes Canotilho, na 2ª edição da sua obra Estudos Sobre Direitos Fundamentais (Coimbra Editora, 2008, págs. 267-268), referindo o ecological approach da função judicial na concretização da direcção constitucional dos direitos sociais e a exigência de novas precisões dogmáticas sobre as political questions colocadas nos tribunais, terão os juízes os instrumentos metódicos e metodológicos para tal?

Curiosamente, é sobre o direito à titu-

laridade duma pensão de velhice, um dos últimos Acórdãos do Tribunal de Justiça, que condenou o Estado italiano (4ª secção, 13.11.2008, processo C – 46/07, Comissão versus República italiana).

Estarão os juízes portugueses, duma maneira geral, devidamente preparados para aplicarem o direito da União Europeia (?) designadamente à luz dos princípios do primado deste sobre o direito interno conflituante e da interpretação conforme àquele direito, tendo em conta a mais recente jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias acerca do efeito directo das Directivas Comunitárias e da responsabilidade do Estado-Juiz por violação do direito da União Europeia (cfr., entre outros, os Acórdãos Köbler de 2003, Comissão contra República Italiana de 2003, Kühne de 2004 e Traghetti del Mediterraneo de 2006), com eventuais decorrências quanto à sua responsabilidade civil em sede de acção de regresso, nos termos da Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro (no Acórdão Falciola/1990, pronunciou-se já o TJCE pela irrelevância, à luz do direito da União Europeia, da questão que lhe foi colocada pelos juízes italianos, de saber se, com a entrada em vigor da lei que contemplou a responsabilidade civil dos magistrados em Itália, não estaria comprometida a sua independência e imparcialidade para aplicarem aquele direito).

Quando está na ordem do dia a relevância da formação contínua dos juízes, dirigida ao seu melhor apetrechamento científico e jurídico-cultural para lidar com assuntos tão sérios como são os da administração danosa, da insolvência dolosa, da manipulação de capitais ou de títulos com fins criminosos, da burla informática ou da fraude e evasão fiscais, com efeitos tão perniciosos na saúde da economia de mercado global, ou da eutanásia medicamente assistida, da medicina

estética, ou das células estaminais, em que é o conceito de Ética que é posto à prova, é imperioso ponderar a necessidade duma maior abertura, nomeadamente por parte do Conselho Superior da Magistratura, na concessão de licenças sabáticas aos juízes para esse efeito, sendo por demais sabido que o excessivo volume de serviço a seu cargo nos tribunais, que tantas vezes os priva do convívio familiar, jamais lhes permitirá esse hoje tão caro aggiornamento.

Mais a mais quando, simultaneamente, a propósito do acesso dos juízes aos tribunais superiores, se parece poder vir a dar mais relevância às habilitações académicas pós-licenciatura e aos conhecimentos de informática, do que a uma vida passada a julgar e decidir processos judiciais, com permanente empenho e dedicação à causa da Justiça. A ser assim, como poderá um juiz, exclusivamente dedicado ao seu munus, competir nesse acesso com os juristas que podem dar-se ao luxo de ir coleccionando pós-graduações, mestrados e doutoramentos, ao mesmo tempo que vão subindo os degraus da carreira político-partidária, ainda que lhes sejam de todo estranhas as realidades sociais e judiciais e a complexidade das relações litigiosas que lhes subjazem.

Em suma, já vai excessivamente longa esta prosa. Pretendi modestamente dar conta de todo um mundo que ainda se abre à Justiça Portuguesa. Queremo-la mais célere, mais eficiente, mais transparente e inteligível para os seus destinatários, mais preparada para enfrentar os desafios do futuro e para contribuir para uma melhor tutela dos direitos dos cidadãos, das empresas e do próprio Estado e, portanto, para um país mais próspero, mais solidário, mais seguro e mais justo.

Não nos podendo nós alhear da crispação que grassa actualmente entre os nossos Co-

legas espanhóis, o Consejo General del Poder Judicial e o Ministro da Justiça Fernández Bermejo (vide El País de 21.12.2008), reivindicando aqueles mais juzgados e magistrados, queixando-se da sua vida de escravidão e anunciando a primeira huelga de jueces para o próximo dia 18 de Fevereiro, importa-nos agora e aqui reiterar a nossa CONFIANÇA na linha do associativismo judicial que vem presidindo aos destinos da ASJP, que se destacou pela qualidade das suas intervenções, pela sobriedade das suas tomadas de posição, pela imagem de respeitabilidade e de sentido de estado que soube cultivar, pelo saudável clima de pluralidade que soube garantir e promover entre todos os juízes, sem prescindir dum discurso mais contundente quando necessário, principalmente face aos responsáveis governativos, cujo programa de menorização do nosso estatuto, sob o populista lema do fim dos privilégios dos juízes, teve, significativamente, honras de discurso de posse.

Mas num dia não muito distante, esse demagógico discurso contra os privilégios vai voltar-se contra os próprios políticos e talvez tenhamos então de os defender do populismo...

Não quero terminar sem exprimir também CONFIANÇA no trabalho sério e abnegado dos Juízes portugueses e na sua inesgotável energia em prol duma melhor Justiça, aqui lhes dedicando um especial abraço fraternal e os meus votos dum Bom Ano Novo, neles incluindo (como não? Não somos todos juízes?) os Colegas e Amigos que integram ou são apoiantes da candidatura corrente, encabeçada pelo Desembargador Carlos Marinho, desejando que a próxima campanha eleitoral decorra num saudável e democrático ambiente, naturalmente com a vitória da CONFIANÇA no Desembargador António Martins.



Corpos Sociais

Direcção
José Manuel Costa Galo Tomé de Carvalho
José Manuel Igreja Martins Matos
Luis Miguel Vaz da Fonseca Martins
Paulo Eduardo Cristão Correia
Nelson Nunes Fernandes
Isabel Maria Afonso Matos Namora
José Manuel Lopes Barata
Ana Cláudia Figueiredo dos Santos de Cáceres Pires
João Luís Carvalho Castro

Presidente da Assembleia Geral
Artur Manuel da Silva Oliveira

Presidente do Conselho Fiscal
Rui Manuel Barata Penha

artigo

REORGANIZAÇÃO
JUDICIÁRIA CRIMINAL

- breves reflexões -

I. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 58/2008 de 28 de Agosto aprovou a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (LOFTJ) com o escopo de proceder a uma reorganização dos Tribunais e dos Servidos do Ministério Público, consagrando, de modo inovador, as figuras do Presidente do Tribunal de Comarca, do Magistrado Coordenador, do Magistrado do Ministério Público Coordenador, do Administrador Judiciário e a do Conselho Permanente.

Nos Tribunais têm intervenção os Juizes, os Magistrados do Ministério Público, o Ministério Público, os Advogados e os Oficiais de Justiça (artigos 5.º, 6.º, 7.º e artigos 148.º e segts. da LOFTJ)

O Presidente do Tribunal de Comarca é Juiz e é coadjuvado por um Administrador Judiciário (artigo 85.º da LOFTJ). Tem, entre outras competências, e sem prejuízo da autonomia do Ministério Público e do poder de delegação, proceder à reafectação de funcionários dentro da respectiva comarca e nos limites legalmente definidos e bem assim elaborar o projecto de orçamento, ouvido o Magistrado do Ministério Público Coordenador, que fará sugestões sempre que entender necessário.

O Magistrado do Ministério Público Coordenador por sua vez coordena a actividade do Ministério Público na comarca, emitindo ordens e instruções, competindo-lhe por exemplo promover a reuniões de planeamento e de avaliação dos resultados do tribunal, com a participação dos procuradores e funcionários e proceder à reafectação de funcionários dentro da respectiva comarca e nos limites legalmente estabelecidos (artigo 90.º, n.º 3 alíneas d) e l)).

Já o Administrador Judiciário actua sob a orientação e direcção do Presidente do Tribunal (artigo 94.º, n.º 2), sem prejuízo

das competências próprias a que se refere o artigo 98.º da LOFTJ, designadamente no que respeita à gestão dos espaços dos tribunais, para o que deve ouvir o Juiz Presidente e o Magistrado do Ministério Público Coordenador. Pode ainda ter competências delegadas pelo Director Geral da Direcção Geral da Justiça (DGAJ) e pelo Presidente do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I.P. (I.GF.IJ.).

A avaliação de desempenho do Administrador Judiciário é realizada pelo respectivo Presidente nos termos do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho da Administração Pública (SIADAP) – artigo 102.º da LOFTJ

Dispõe a ainda o artigo 4.º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, que aprova a orgânica da DGAJ compete ao seu Director Geral dirigir a actividade dos administradores dos tribunais.

Embora este preceito normativo não tenha sido expressamente revogado pela LOFTJ, e seguindo o princípio da melhor interpretação jurídica, é de considerar que este preceito se já não encontra em vigor por incompatibilidade com o disposto na LOFTJ.

Efectuado este breve enquadramento geral irei debruçar-me um pouco sobre o Orçamento do Tribunal, os Funcionários e a Informática e a Estatística.

II. O ORÇAMENTO DO TRIBUNAL

Compete à DGAJ nos termos da sua lei orgânica coordenar a elaboração, a execução e proceder à avaliação da gestão orçamental, financeira e contabilística dos tribunais sem autonomia administrativa e financeira, que no que respeita ao sistema judicial português corresponde aos tribunais de 1.ª instância – artigo 2.º, alínea h) da Lei orgânica da DGAJ.

Nestes termos, o Juiz Presidente de-

Manuel Magriço
(Procurador-Adjunto)



verá submeter o projecto de orçamento ao Senhor(a) Director(a) Geral da DGAJ, que procederá, ou não, à sua aprovação, nos termos propostos.

Já os Serviços do Ministério Público, que têm as suas especificidades próprias, a sua organização, os seus funcionários e os métodos de trabalho inerentes às próprias funções, designadamente as atinentes à investigação criminal, vão estar dependente do Orçamento proposto pelo Juiz Presidente à DGAJ, desconhecendo-se se existem rubricas próprias para o MP, o que é susceptível de colocar em crise a autonomia do MP ipso facto, contrariando-se assim a letra de lei prevista no artigo 85.º da LOFTJ.

Atendendo que as duas Magistraturas têm intervenção permanente na “Casa da Justiça” afigurava-se-me mais correcto a existência de um orçamento global, com previsão de verbas para os Serviços Judiciais propriamente ditos e para os Serviços do MP. Ou, em alternativa, consagrar-se a existência de orçamento específico para o MP, com divisão de despesas no que respeita aos serviços e espaços comuns.

Desconhece-se, de outro modo, como funcionará o Orçamento do Tribunal - que mais não é do que uma previsão de despesas e de receitas – quando for necessário solicitar pedidos de reforço de verba, efectuados por exemplo em razão de necessidades relacionadas com a investigação criminal. Resta saber se tais pedidos de reforço serão, ou não, aceites pelo Senhor Juiz Presidente ou pelo Senhor Director Geral da DGAJ, ou ainda, noutro cenário limitador, se deverá existir “cabimento prévio” à despesa.

Num sistema correcto, o Magistrado do MP Coordenador avaliava a pertinência da despesa “extraordinária” e remetia à DGAJ para pagamento, sem prejuízo de controlo que se efectuaria através da própria hierarquia do MP ou da PGR através dos respec-

tivos Serviços de Inspecção.

III. OS FUNCIONÁRIOS

No âmbito das suas atribuições compete à DGAJ programar e executar as acções necessárias à gestão e administração dos funcionários de justiça (artigo 2.º, n.º 2, alínea c) da orgânica da DGAJ), competindo ao Senhor Director Geral presidir ao COJ - Conselho dos Oficiais de Justiça e nomear os inspectores e secretários de inspecção, sob proposta daquele órgão (artigo 4.º, n.º 1, alínea a)).

Refere-se ainda no Estatuto dos Funcionários de Justiça que é da competência do COJ – Conselho de Oficiais de Justiça apreciar o desempenho profissional dos Funcionários de Justiça e exercer o poder disciplinar – cfr. Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto.

Os funcionários de Justiça são nomeados em quadros de Secretarias de Tribunais ou dos Serviços do Ministério Público.

Os oficiais de justiça, no exercício das funções, através das quais asseguram o expediente, autuação e regular tramitação dos processos, dependem funcionalmente do magistrado competente - cfr. artigo 6.º do Estatuto dos Oficiais de Justiça-, o que significa que devem cumprir os despachos proferidos pelos Magistrados nos processos.

Contudo, nos termos da LOFTJ quer o Presidente do Tribunal quer o Magistrado do Ministério Público Coordenador têm o poder de exercer acção disciplinar sobre os funcionários em serviço no Tribunal, relativamente a pena de gravidade inferior à de multa, e, nos restantes casos, instaurar processo disciplinar, se a infracção ocorrer no respectivo tribunal ou serviço do MP (cfr. artigos 88.º, n.º 3, alínea d) e 90.º, n.º 3, alínea h) da LOFTJ).

Constata-se, assim, uma concorrência no que concerne ao exercício das competências disciplinares do Juiz Presidente e do Magistrado do Ministério Público Coordenador com as competências disciplinares do COJ – Conselho de Oficiais de Justiça, desconhecendo-se o motivo desta opção legislativa.

Seria desejável concentrar estas competências quer no Conselho Superior da Magistratura quer no Conselho do Ministério Público, no sentido de que o trabalho de Magistrados e Funcionários nos Tribunais deve ser visto numa perspectiva de trabalho

em equipa, em que ambos se comprometem com o bom funcionamento dos serviços.

Com esta opção legislativa, intui-se que o trabalho dos Oficiais de Justiça é desarticulado das funções exercidas pelas Magistraturas nos Tribunais, o que se não pode deixar de considerar redutor.

IV. A INFORMÁTICA E A ESTATÍSTICA

Nos termos da LOFTJ é da competência do Presidente do Tribunal e do Magistrado do Ministério Público Coordenador acompanhar, respectivamente, o movimento processual do Tribunal e dos Serviços do MP, identificando, designadamente os processos que estão pendentes por tempo considerado excessivo ou que não são resolvidos num prazo considerado razoável, informando, respectivamente, o Conselho Superior da Magistratura e a Procuradoria-Geral Distrital– artigos 88.º, n.º 4, alínea c) e 90.º, n.º 3, alínea a).

Para o exercício desta competência o Presidente do Tribunal e o Magistrado do Ministério Público Coordenador irão socorrer-se, como é naturalmente, dos sistemas de informação existentes nos Tribunais.

De acordo com o artigo 155.º da LOFTJ as peças processuais e os processos apresentados nas secretarias são registados nos termos determinados pelo Director-Geral da Administração da Justiça, sendo privilegiado o uso de meios electrónicos para a transmissão e tratamento de documentos judiciais e para a sua divulgação, nos termos da lei, junto dos cidadãos –cfr. also o artigo 2.º, n.º 2, alínea e do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril

Refere ainda o artigo 159.º, n.º 1 da LOFTJ que a informática é utilizada para o tratamento de dados relativos à gestão dos tribunais judiciais, à tramitação processual e ao arquivo.

Têm ainda intervenção nesta matéria, para além da DGAJ, a DGPIJ – Direcção Geral de Política de Justiça - cfr. artigo 2.º, n.º 2, alínea c) do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril - e o ITIJ – Instituto das Tecnologias da Informação da Justiça – cfr. artigo 3.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 130/2007, de 27 de Abril, designadamente no âmbito da Estatísticas da Justiça e na Gestão dos Meios afectos à execução da política da informática na área da Justiça

Trata-se de consagrar legalmente o acesso, o suporte, e alguma definição dos sistemas de informação de suporte à actividade dos Tribunais e do Ministério Público, por parte de organismos pertencentes ao Executivo, e que consequentemente desconhecem a realidade concreta dos Tribunais.

Parece-nos surpreendente o número de entidades com competência geral expressa prevista para esta matéria.

De notar, que em todos estes diplomas legais se omite quer a intervenção do Conselho Superior da Magistratura quer da Procuradoria-Geral da República no âmbito da definição concreta dos sistemas de informação da Justiça, quando é sabido que quer os Magistrados do MP no inquérito, quer os Magistrados Judiciais na Instrução Criminal, têm consagradas competências de natureza constitucional.

Estas normas surpreendem-nos sobretudo no que respeita à previsão e utilização de sistemas de informação de suporte à investigação criminal por parte dos OPC’S, dos Magistrados do MP, dos Juizes de Instrução Criminal e de Julgamento, atenta a sensibilidade da matéria em causa.

As competências atribuídas ao Executivo em matéria de sistemas de informação dos Tribunais devem estar concentradas nos órgãos superiores das Magistraturas Judiciais e do Ministério Público.

Como actualmente isso não sucede ipso facto, deveria ter consagração legal expressa a definição de prerrogativas de definição das funcionalidades, auditoria e segurança, por parte das Magistraturas, encarregando-se o Executivo de as assegurar, face à falta de autonomia orçamental e técnica, no que às Magistraturas diz respeito.

Isto, sem prejuízo, de o Executivo conciliar estas competências das Magistraturas, com as suas necessidades de informação Estatística, que aliás, deveriam e devem ser coincidentes.

Obviamente, não obstante inexistir previsão legal expressa, pela natureza das funções exercidas pela Magistratura Judicial e do Ministério Público, e sendo os Tribunais órgãos de soberania que administram a Justiça em nome do povo, não se pode deixar de considerar, numa interpretação conforme à Constituição, que as Magistraturas têm efectivamente essas competências.



<http://darconfianca.blogspot.com>

artigo

Os juízes, o seu associativismo e o futuro

Há cerca de três anos, quando dirigi a última mensagem na campanha eleitoral para a eleição aos órgãos sociais da Associação Sindical dos Juízes Portugueses apelei a uma escolha, pois a vida das instituições, tal como a das pessoas, é feita de opções.

A opção era manter o actual estado de coisas ou mudar. Manter as consequências negativas que nos estavam a afectar dia a dia, nomeadamente uma constante degradação do prestígio e da imagem pública do juiz. Ou mudar para dar à ASJP um rumo, que tivesse por base uma estratégia bem delineada e uma equipa com atitude, para devolver a esperança e a dignidade à profissão judicial.

Os juízes fizeram a opção quanto ao seu futuro e do seu associativismo e deram-nos o seu voto de confiança e de responsabilidade na condução dos destinos da nossa Associação.

Nesta altura, em que está a chegar ao fim o mandato dos órgãos sociais da nossa Associação resultante de tal opção, cada um formulará o seu juízo sobre aquilo que era o programa eleitoral e aquilo que foi a sua execução.

É assim, e assim deve ser, em democracia.

Quanto a mim, neste momento, cabe-me dar publicamente conta das razões pelas quais aceitei o convite para encabeçar o projecto e a recandidatura às próximas eleições, depois de um mandato exercido em condições particularmente difíceis, como a generalidade há-de concordar.

Basta relembrear as batalhas travadas a propósito do projecto legislativo de integração dos juízes no regime geral dos vínculos, carreiras e remunerações dos funcionários públicos e do propósito político de extinção do regime da jubilação. O sucesso alcançado nessas lutas, inviabilizando que este propósito político se tivesse materializado em lei e levando aquele projecto legislativo a ser chumbado no Tribunal Constitucional, permitem dar bem a noção do grau das dificuldades vencidas, mas também da forma como foram ultrapassadas, sem quaisquer danos na imagem pública dos juízes.

Já para não falar na questão do congelamento dos escalões de progressão de vencimentos, que afectou gravemente os juízes estagiários nomeados juízes de direito e os

juízes do curso especial dos Tribunais administrativos e fiscais, e nos problemas provocados por um certo actor do sistema de Justiça, com violentos ataques aos juízes.

Também nestes domínios obtivemos vitórias. Na questão dos vencimentos, conseguindo para aqueles juízes um tratamento adequado à sua dignidade funcional de juízes de direito e, no caso do actor, distinguindo a personagem da classe profissional, valorizando esta e diminuindo aquela, o que acabou por resultar numa total falta de crédito daqueles ataques, hoje unanimemente reconhecidos como gratuitos e infundados.

Não é expectável que o próximo mandato seja exercido em condições menos difíceis.

Desde logo, condições difíceis em termos políticos. Com governos de maioria absoluta ou com pactos maioritários (como aliás se viu a propósito do Pacto para a Justiça), a tentação do poder político vai ser a mesma. Procurar encontrar formas de deslegitimar os juízes e de, por essa via, afectar e controlar a independência do poder judicial.

Mas também condições difíceis em termos sociais e económicos. A conjuntura económica irá continuar a degradar-se, na sequência dos problemas surgidos na estrutura financeira, e tal degradação vai ter reflexos negativos em termos sociais, a todos os níveis. Aos tribunais irão desembocar cada vez mais questões, muitas delas bem complexas e delicadas, suscitadas por esta degradação da economia e pelos problemas sociais daí resultantes, e os cidadãos terão os olhos postos nos juízes e no seu desempenho.

Por tudo isto, a que não é alheia a razão da necessidade de dar estabilidade ao projecto e ao trabalho realizado ao longo destes três anos, é que aceitei recandidatar-me ao próximo mandato à frente dos destinos da nossa Associação.

Hoje, tal como há três anos, o futuro dos juízes e da sua Associação será aquele que colectivamente conseguirmos traçar e soubermos escolher.

A proposta que faço, com esta candidatura, é no sentido de não perdermos o rumo encontrado, a estratégia traçada e a nova atitude assumida, pró-activa e institucional, de responsabilidade e de contribuição para a melhoria do sistema de justiça, por forma

António Martins
(Juiz Desembargador)

que este vise uma protecção efectiva dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

O compromisso que esta candidatura assume perante os juízes pode sintetizar-se em três palavras: determinação, acção, responsabilidade.

Determinação inflexível de tudo o que seja a defesa do estatuto dos juízes e das condições para o exercício de um poder judicial soberano e independente.

Acção e empenho total por parte de uma equipa que manterá a coesão e competência de que já vos deu provas nos últimos três anos, mas que também se irá renovar, até para envolver mais pessoas e ganhar uma nova dinâmica.

Responsabilidade nas palavras e nas atitudes, para garantir e preservar o prestígio e a credibilidade, que fazem com que tenhamos capacidade de intervenção e afirmação, desde logo junto dos responsáveis e decisores políticos, mas também junto dos demais juristas e profissionais do foro, do meio académico e, não menos importante, perante a sociedade e os cidadãos.

O resultado do compromisso desta candidatura, perante os juízes, queremos que seja D(eterminação)A(acção)R(esponsabilidade) Confiança.

Dar confiança aos juízes que a ASJP terá como objectivo essencial, que a irá nortear, a defesa intransigente das condições necessárias para o exercício de um poder judicial independente e a defesa inflexível da manutenção e melhoria das condições de um estatuto do juiz condigno e adequado ao exercício do poder judicial com aquelas características.

Os desafios nesta área serão diversos e os interlocutores também, pois não se trata apenas de garantir a independência externa do juiz, mas também de não permitir que a independência interna possa vir a ser colocada em causa. A figura do juiz presidente das novas circunscrições deve ser uma forma de os juizes assumirem o seu natural papel de protagonista principal no sistema de justiça, mas também uma oportunidade a não desperdiçar de conseguir que a gestão e a administração dos tribunais sejam factores de dignificação da Justiça e da sua capacidade de resposta aos cidadãos. A ASJP estará muito atenta e tudo fará para inviabilizar quaisquer ideias ou práticas que possam surgir no sentido de atribuir àquela figura tiques de hierarquia ou, mais grave, práticas que coloquem em causa o estatuto do juiz, numa das suas dimensões, a inamovibilidade.

Dar confiança aos juízes que a ASJP desenvolverá todas as acções úteis e necessárias para lograr uma maior capacidade de influência em termos de conseguir que sejam feitas as melhores opções político-legislativas para o sistema de Justiça.

O Gabinete de Estudos e Observatório



dos Tribunais manterá a sua estrutura e coordenação e através dele a ASJP irá continuar a elaborar estudos e a apreciar as propostas legislativas respeitantes à área da Justiça, no sentido de propor e defender o reforço dos direitos dos cidadãos e do Estado de direito democrático, da melhoria do sistema judicial, do respeito pela actividade dos tribunais e da dignificação da imagem dos juízes.

A Revista Julgar manterá o seu Director e o Conselho de Redacção e continuará a ser um palco por excelência para os juízes conseguirem que os outros profissionais do foro e os académicos contribuam para a discussão da problemática da aplicação do direito e da jurisdição, numa perspectiva de que isso só é possível adequadamente com

tribunais independentes e juízes prestigiados e dignificados.

Sabemos que é uma actuação que não dá frutos imediatos no dia seguinte. Mas é esta forma de actuar que, além de nos dar credibilidade, permite que, quando necessário, se possam juntar às vozes dos juízes as vozes de académicos e de outros profissionais do foro, logrando assim que não fiquemos sozinhos e acantonados em questões estritamente profissionais.

Dar confiança aos juízes que a ASJP dará toda a atenção aos aspectos relativos ao estatuto sócio-profissional do juiz, pugnando pela sua melhoria, à luz do enquadramento do juiz como titular de um órgão de soberania, desenvolvendo para efeito todas

as acções que se mostrem necessárias, bem como ao desenvolvimento de novos projectos associativos, incentivando e aglutinando os associados a colaborar nos mesmos.

A confiança conquista-se bem o sabemos.

O que queremos, com esta candidatura, é estar disponíveis para responder a todas as questões que nos queiram colocar, pessoalmente ou pelo e-mail [HYPERLINK](mailto:HYPERLINKmailto:darconfianca@gmail.com) “mailto:darconfianca@gmail.com” darconfianca@gmail.com, para que possamos conquistar e merecer a confiança dos juízes na condução dos destinos da nossa Associação nos próximos três anos.



O pluralismo associativo. Factor de união ou sinóni- mo de divisão?

Caros congressistas e convidados

Não é possível deixar de começar a minha intervenção por uma manifestação de regozijo pela forma eficiente e de elevado empenhamento como a ASJP ergueu o presente congresso, chamando até si centenas de colegas juizes que interromperam os seus trabalhos diários para se reunirem com o propósito de, em conjunto, discutirem e apresentarem soluções à sociedade para uma justiça mais eficiente, mais célere e mais justa.

Há três anos estivemos reunidos em conclave no Algarve. Vivíamos então um verão quente marcado por algumas medidas acentuadamente populistas de restrição da carta de direitos dos magistrados judiciais, a que se seguiu uma greve de juizes. Nesse congresso estivemos todos unidos em torno do discurso polarizador do Exmº Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura, Juiz Conselheiro José Nunes da Cruz. Nesse congresso o Sr. Ministro da Justiça sentiu certamente na pele o desconforto que a falta de solidez das medidas legislativas aprovadas causou em toda a classe. Quem não se lembra?

A passagem do tempo dá serenidade às avaliações. Passados três anos poderíamos ser tentados a fazer um balanço da greve. Dos motivos, das causas, das estratégias, das consequências, dos efeitos, das responsabilidades. Todavia, estou certo que cada um de vós já fez essa análise. E este não é o tempo para reabrir feridas já saradas.

Falemos do presente e do futuro. O passado foi chamado à colação para projectar o porvir.

Entretanto, novas ideias triunfaram. Não reza a história, por mais obscurantismos que se registre, a morte das boas ideias. Os homens sim, mas as suas ideias não morrem. Podem é ser adiadas.

Hoje é o tempo de um novo modelo de associativismo. Uma acção mais preocupada com a realização da justiça e com a salvaguarda dos poderes soberanos que nos estão atribuídos em detrimento de interesses meramente corporativos. Emerge a necessidade de construção de alternativas e não de simples crítica e de reivindicação sem contrapartidas. Todos sabemos que o associativismo dos Juizes é um tema prioritário, que não pode

ser visto como algo que tem unicamente repercussões internas. De outra forma, se assim o pensarmos, estamos a negar o próprio conceito de soberania.

O tempo actual é o do modelo da responsabilidade social do associativismo judiciário.

Representa este Congresso a prova de que os juizes estão unidos naquilo que é verdadeiramente essencial. Podem existir diferentes sensibilidades e é salutar que as haja, pois da diferença emana um aumento da qualidade de intervenção. As diferentes correntes de opinião podem organizar-se em tendências públicas representativas, como é o caso do Movimento Justiça e Democracia, que tenho a honra de presidir. Porém, para nós, será sempre a ASJP a única associação representativa dos Juizes Portugueses.

O caminho que nestes últimos anos todos percorremos até chegar aqui não foi isento de sacrifícios e adversidades, mas, se para nada tivesse servido, o que não é o caso, sempre teria tido o mérito de tecer entre todos nós uma sólida e cúmplice amizade que nos marcará para o resto das nossas vidas.

Hoje, mais do que nunca, estamos todos unidos, comungando das mesmas alegrias e acreditando que é possível fazer mais e melhor pelos juizes e pelos cidadãos que de nós esperam justiça.

Longe vão os tempos em que a simples iniciativa de apresentar uma candidatura alternativa à direcção da ASJP era mal vista e os seus proponentes rotulados de perigosos divisionistas da unidade de todos os magistrados. Até hoje muito se alterou nas nossas mentalidades.

Ao contrário do pensamento de outros no passado, sempre entendemos que a pluralidade é um bem no associativismo judiciário. Actualmente todos somos adeptos do pluralismo associativo. Todavia, há 10 anos atrás esta era uma ideia que não colhia aceitação universal. Mais, hoje o direito de tendência é uma imposição legal imposta aos estatutos de associações sócio-profissionais.

Recordo-vos a título de exemplo que foi a determinação e a firmeza do Movimento Justiça e Democracia que levou à alteração dos estatutos da ASJP, consagrando-se a representação plural no Conselho Geral. E este é

um domínio onde a democracia interna funciona e sem estar atrelada a maniqueísmo de origem. Aquele é um palco de diálogo.

Hoje a ASJP vive uma nova dinâmica e os Juizes Portugueses conheceram o aparecimento de uma nova tendência associativa, o Fórum Permanente Justiça Independente. Quero daqui saudar, em nome do Movimento Justiça e Democracia, todos os colegas que se identificam com esse movimento e que, aproveitando o pluralismo interno obtido dentro da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, se mostram organizados e participativos, respeitando, tal como nós, o facto de a ASJP ser efectivamente a única organização representativa de todos os Juizes portugueses.

A convivência sã e construtiva entre ambas as tendências associativas é desejável e possível. No seio da ASJP ou fora dela. Revelam-nos os últimos meses alguns exemplos concretos do que vos acabo de transmitir, especialmente o envolvimento conjunto na organização paritária do I Congresso do Poder Judicial Ibérico. E certamente que, por nós, no futuro, se repetirão eventos da mesma natureza. Isto sem nos sobrepormos ao quadro de poderes e de atribuições da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

E não é por despeito que não falei até aqui da Associação de Juizes pela Cidadania, que não se assume como tendência associativa e em relação aos quais, na sua maioria, nos une a amizade e um trajeto de luta comum simbolicamente representado na figura do desaparecido mas sempre presente Juiz Desembargador José Gabriel Pereira da Silva. Zé Gabriel para os amigos. Também para eles o tempo das definições aproxima-se.

Os tempos que vivemos e os que se avizinham, são momentos de grande indefinição quanto ao rumo que a justiça irá tomar e não será com surpresa que podemos ser confrontados a curto prazo com novos apêndices populistas que nada melhoram a justiça e que se destinam tão-só a retirar legitimidade ao exercício da função jurisdicional. Estamos atentos. Acima de tudo, perdoe-se-nos aqui o plebeísmo, estaremos unidos em torno da Associação Sindical dos Juizes Portugueses "para o que der e para o que vier".

Desde o seu primeiro dia o Governo



Não há duas... sem sete.

Delta, eleita Marca de Confiança
pelo sétimo ano consecutivo.



É esta a prova de que os gostos não se discutem. São sete anos consecutivos
a inspirar confiança. Obrigado por mais este importante reconhecimento.

www.delta-cafes.pt

A verdade do café.

revelou o que pensa sobre a justiça e sobre os juízes portugueses. Hoje assistimos a reformas e mais reformas desajustadas e sem qualquer objectivo que não seja o económico, merecendo a justiça e a sua organização um tratamento desprestigiante e irresponsável. Todavia, também não podemos cair na tentação de afirmar que tudo é mau e que não houve evolução. O nosso sentido de responsabilidade não nos permite leituras facciosas.

Sem nunca perdermos a noção de que a independência dos tribunais e dos seus juízes é fundamental para qualquer que seja o figurino da pós-modernidade que iremos conhecer, talvez mereça a pena questionarmos tudo.

Questionar os nossos códigos, especialmente os de processo, questionar as formas de administrar a justiça, as funções do Ministério Público, os modelos de formação adoptados, as profissões forenses existentes e as necessárias, as assessorias nos tribunais, as carreiras, os modelos de acesso aos tribunais superiores, os estatutos sócio-profissionais tudo, mas mesmo tudo.

Devemos estar firmes quanto à nossa participação na programação, concepção, conformação e aplicação das medidas estruturantes na área judicial, designadamente ao nível da informatização, das reformas processuais e da organização judiciária, bem como na definição dos critérios de disponibilização de meios materiais e humanos necessários à administração da Justiça.

Contra os juízes e sem a participação da ASJP e do próprio Conselho Superior da Magistratura nenhuma reforma de política judiciária poderá ter êxito. O que não admite discussão é que os Juízes portugueses têm vontade de mudar o sistema judicial, transformando-o numa realidade moderna e eficiente.

E o Governo, através do responsável da pasta da Justiça, sabe-o. Sabe que os juízes apresentam propostas responsáveis, válidas e adequadas à melhoria do sistema de Justiça. Os juízes não se querem apropriar do poder legislativo e das funções executivas nem pretendem um poder judicial fortemente intervencionista ou politizado. Apenas entendem que a sua experiência e saber podem ser úteis no redimensionamento das prioridades na área da justiça.

Temos para nós que deverá ser liminarmente rejeitada a crescente desjudicialização fundada na apregoada falência do sistema judicial e materializada na criação de órgãos com funções jurisdicionais desempenhadas por pessoas desprovidas da qualidade e estatuto de Juiz. Complementarmente, naquilo que surge como o reverso da medalha, jamais – palavra aqui utilizada no seu verdadeiro sentido e não no léxico das obras públicas –, repito, jamais aceitaremos que seja concedido o Estatuto de Juiz a quem não o é de pleno direito.

A dignidade da Administração da Justiça terá sempre que ter na sua base um juiz independente e uma carreira específica, devendo o Estado garantir a todos os magistrados judiciais um estatuto social e económico adequado à sua qualidade de titulares de um dos

poderes soberanos do Estado democrático, quer durante o seu exercício profissional efectivo quer após a jubilação.

Defendemos um Poder Judicial apenas subordinado ao Conselho Superior da Magistratura. Queremos que este órgão seja dotado de plena, mas efectiva, autonomia administrativa, financeira e orçamental e que apresente um leque alargado de poderes e de atribuições, nomeadamente sobre as instalações dos Tribunais, dos seus funcionários e suas assessorias. Tudo isto porque acrescenta valor ao universo da justiça e não por qualquer interesse corporativo.

Estamos unidos em torno do Conselho Superior da Magistratura que precisa da dita autonomia para se demarcar definitivamente da imagem de ser um gigante sem voz, um mero administrador de carências, um órgão sem peso político. O Estado precisa de um Conselho Superior da Magistratura que seja líder, com capacidade de iniciativa e dotado de visão reformista. Mais do que os juízes individualmente considerados é o próprio Estado que se dignifica com uma justiça actuante.

A autonomia administrativa, financeira e orçamental estimula e reforça a defesa de um novo conceito de cidadania e do aprofundamento da legitimidade do Estado. Por seu turno, esse investimento, aliado à cultura de responsabilidade dos juízes, trará um maior grau de eficácia, eficiência, produtividade e racionalidade do processo judicial.

Somente assim será possível falar-se de Estado de Direito Democrático e de independência dos seus juízes. Veremos no futuro se os meios disponibilizados são adequados à implementação da autonomia financeira e administrativa do Conselho Superior da Magistratura.

Os Juízes são os primeiros a acreditar e a defender que a justiça é um serviço de e para os cidadãos. Os Juízes sabem que também eles ficam vinculados a alterações, umas de regime, outras de procedimento. E os Juízes estão, como sempre estiveram, preparados para defender um sistema de justiça mais justo e eficiente. Estão preparados, como sempre estiveram, para administrar a justiça em nome do Povo.

O caminho que haverá de ser percorrido apenas será vitorioso se for feito em torno da Associação Sindical dos Juízes Portugueses. Apelo assim a todos os juízes portugueses que se filiem na nossa organização representativa. E que quer sejam membros ou simpatizantes do Movimento Justiça e Democracia quer estejam vinculados ao Fórum Permanente Justiça Independente nunca ponham em causa a unidade de todos os juízes e a essencialidade da existência de uma única estrutura representativa.

A actual direcção da Associação Sindical dos Juízes Portugueses deu início a um novo ciclo na vida dessa instituição, trouxe uma nova forma de estar alicerçada num projecto de dinamização da estrutura associativa, de maior proximidade entre os seus associados, de revitalização dos gabinetes de estudo, de aproximação aos juízes mais jovens, de promoção de uma revista jurídica, de instalação

do programa “Juízes Solidários”, de multiplicação de iniciativas culturais.

Estas são boas e novas ideias independentemente da sua autoria. Estas medidas credibilizam os juízes não só enquanto classe sócio-profissional mas também e essencialmente enquanto garantes dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos.

Houve uma actuação transversal que vai desde os mais jovens com a criação de um gabinete de apoio ao primeiro acesso até aos mais antigos com políticas preventivas na defesa do estatuto da jubilação. Houve pluralidade e abrangência no tratamento dos assuntos.

E não se diga que o sindicalismo foi desprezado ou não deu resultados. A quem se deve o descongelamento do subsídio de renda de casa? Quem devemos felicitar pela vitória na questão do desbloqueamento da situação salarial dos colegas que acabam de ingressar na carreira, o famoso índice 135? Quem evitou males maiores na alteração do estatuto da jubilação e se dispôs a patrocinar os colegas que no exercício de direitos reconhecidos têm esbarrado com obstáculos no acesso à justa reforma? Quem negociou com diplomacia o Regime da Responsabilidade Extracontratual do Estado, contribuindo para a eliminação de formas de responsabilização verdadeiramente aberrantes e negociou ao mesmo passo um seguro de responsabilidade profissional para total garantia do património e da própria dignidade dos juízes portugueses? Quem propôs a acção judicial tendente ao reconhecimento da contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras em face da cessação da vigência das Leis nºs 43/05 e 53/2006?

Estas são boas medidas independentemente da sua procedência. Sei qual é a respectiva origem. No entanto, acima de tudo, estas são medidas que integram o património colectivo da própria Associação Sindical dos Juízes Portugueses.

E este é o tipo de batalhas que merecem o empenho e a participação de todos. Mas existem outros temas que também justificam a convergência de posições. Pessoalmente, estarei disponível para tentar encontrar uma solução justa e congregadora que proteja o estatuto daqueles que actualmente estão colocados na segunda instância como juízes auxiliares e que estão vinculados a participar no concurso de acesso aos Tribunais da Relação previsto pela Lei nº26/2008. E sei que existem muitos outros que partilham desta opinião.

Reconheço que não lidamos com direitos adquiridos. Ninguém pretende desvirtuar as regras de acesso aos Tribunais Superiores. Este é um assunto que assenta numa questão de justiça e de dignidade e esses são os elementos radiculares e matriciais de toda a nossa actividade. Cuida-se sim de accionar o princípio da igualdade. Trata-se sim de dignificar a posição de quem na realidade já desempenha funções de Juiz Desembargador.

É tempo de terminar.

O Movimento Justiça e Democracia tudo

fará para que o projecto de modernidade entretanto encetado seja uma realidade e não tenha retrocessos e garante que, da sua parte, possibilitará as condições para que sejam definitivamente afastados os estigmas e as resistências que ainda inviabilizam a plena institucionalização desse novo modelo de associativismo.

Aproxima-se mais uma época eleitoral onde os juízes portugueses serão chamados a votar e a eleger os seus representantes nos

órgãos sociais da ASJP. Porém, as eleições são pequenas lutas, quando comparadas com aquelas que exigem a unidade de todos os juízes. Mas também são estas pequenas lutas que poderão dar sentido à nossa vida e à da própria instituição. E que bom seria se nos mantivéssemos todos unidos na luta pelas novas ideias e mais tarde, quando as urnas de voto fossem apenas uma suave recordação, nos olhássemos nos olhos e deixássemos recortar nas nossas faces um sorriso cúmplice.

próprio de quem ajudou a começar algo de novo na justiça portuguesa.

Hoje é tempo de mais associativismo e de menos corporativismo. Dito de outra forma estamos numa era de mais soberania e de menos funcionalismo. E o compromisso ético aqui apresentado é apenas mais um reflexo desse novo modelo de responsabilidade social da judicatura portuguesa. E esse é um motivo de orgulho para todos os Juízes Portugueses.

Rita Mota Soares
Juíza de Direito



artigo

Candidatura à ASJP texto justificativo do apoio à candidatura de António Martins

Pouco entusiasta do vazio de determinados formalismos habitualmente verbalizados na vida e na profissão, por sempre ecoarem falsa lisonja e parca genuinidade, a expressão “salvo o devido respeito”, usada sem parcimónia, tem para mim o mérito de permitir, de um modo polido, ressaltar, relativamente à pessoa do interlocutor, apenas o respeito a que o mesmo se preste. Daí que, em pouco se diga tudo, até porque o tal respeito é mesmo assim: não pode ser exigido, apenas aspirado e, quando for de direito, incutido.

Na magistratura há 7 anos e 3 meses, nestas que são as segundas eleições para a ASJP em que participarei, votando, as razões que me levam a apoiar, com confiança, a candidatura do actual Presidente da ASJP, Juiz Desembargador António Francisco Martins, diferem das que me levaram a fazê-lo já anteriormente em apenas um factor acrescido: são agora também fundadas no trabalho desenvolvido.

Na verdade, na altura da sua primeira candidatura, que resultou na respectiva eleição, apenas dispunha de algumas ideias que lhe conhecia, designadamente por via de publicações como a editada em 2003 pela Tenacitas, sob o título “Interrogações à Justiça”, e pelo contacto sempre incipiente no tribunal, em sede de campanha eleitoral.

Mas bom de ver e altamente inquietante nessa época era já o facto de, nas discussões públicas a propósito da Justiça, quando ressaltado o devido respeito, pouco ou nenhum sobrar para os juízes, por então se entender que os mesmos não se davam ao dito.

E se esta ideia, perigosamente difundida para e pelos cidadãos em geral, era e é, em si mesma, profundamente injusta, a verdade é que parecia termos entrado num ciclo vicioso em que, a uma acção de sentido desprestigiante provida do ambiente político-

mediático que então se vivia, os juízes não conseguirem contrapor uma reacção credível e eficaz.

Para tanto contribuíam, a meu ver, quer a substância das intervenções mais mediáticas, que quase invariavelmente colocavam a tônica nas questões do estatuto sócio-profissional, não dando a devida ênfase aos perigos que emergiam para a Justiça e para a confiança que esta deve merecer dos cidadãos com isso se difundindo a impressão de apenas estar em causa a defesa de interesses corporativos, e não também e principalmente a defesa da liberdade, independência e imparcialidade decisórias, quer a forma, demasiadas vezes desajeitada, devido, ora à proverbial falta de desenvoltura dos juízes perante os órgãos de comunicação social, ora à extrema dificuldade que todos então sentíamos - e em muitos e relevantíssimos aspectos continuamos a sentir, em serenar a revolta para deixar fluir um discurso racional e perceptível, lúcido e assertivo.

Tudo isso, associado a uma escancarada vocação dos meios de comunicação social para abordar apenas os temas quentes que, focados como injustos privilégios corporativos, mereciam a aclamação pública, “puxavam” invariavelmente os juízes para a fúria, quando não “p’ró chinelo”..., pois era então, como é agora, tarefa possante suportar as investidas interessadas tendentes a desacreditar a Justiça, sempre na prossecução de objectivos venais.

A meu ver, contudo, a actual ASJP logrou aqui uma salutar inflexão, encontrado uma melhor forma de comunicar os problemas com que todos nos deparamos, num discurso menos zangado mas nem por isso menos assertivo, mais colaborante mas nem por isso subserviente, menos “virado para dentro” e por isso mais eficaz.

Há hoje uma outra disponibilidade do público para ouvir o que os juízes têm a dizer, e o retraimento que logo se fazia sentir às primeiras palavras – motivado por aquele forte pendor estatutário – está francamente esbatido, o que é tanto mais importante quanto é certo que a recuperação da confiança pública é condição prévia à credibilização da Justiça e às reivindicações profissionais que se imponham, num ambiente de esclarecimento e compreensão que se faça propício.

A eficácia dessa actuação está em resultados que só com ressentido esforço podem ser menosprezados, e a título de exemplos díspares podem referir-se a superação da situação salarial ilegal e profundamente injusta por que passavam os juízes providos dos XXI e XXII Cursos Normais e do I Curso Especial, a apresentação de um estudo aprofundado e sério com vista à contingentação processual, o projecto “Juízes Solidários” e a elaboração do documento “Compromisso Ético dos Juízes Portugueses – Princípios para a Qualidade e Responsabilidade”, tão importante no caminho que abre a uma maior centralidade do cidadão na administração da justiça...

A par disso, a elaboração e divulgação dos vários estudos e pareceres do Gabinete de Estudos e Observatório dos Tribunais da ASJP, e a muito louvável criação da revista “Juglar”.

Todos estes passos foram pensados e estrategicamente assumidos, tiveram um rumo e representaram uma mudança de atitude.

Esse era o lema, e o lema posto em acção construiu resultados.

Por isso que, no muito que está ainda por fazer, não veja senão razões para continuar a acreditar nesta candidatura, apoiando-a novamente, agora com renovado respeito e acrescida confiança.

artigo

Igualdade de armas

No passado mês de Setembro, quando fui investido nas funções de juiz de direito do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, no acto de tomada de posse, prestei o compromisso público próprio do acto com a seguinte declaração “Afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da lei.».

Trata-se de uma fórmula nova (instituída pelo artº 15º/3 da Lei nº 12-A/2008, de 27/02) que deixou cair as alusões (talvez anacrónicas e sempre pessoais e subjectivas) à honra (de quem presta o compromisso) e à lealdade (no exercício das funções confiadas), onde se exige o compromisso, seco e objectivo, do cumprimento da função e se acrescenta, redundantemente, a obrigação de respeitar a Constituição e a lei (que, afinal, sobre todos os cidadãos impende).

Quero, obviamente, honrar (no sentido de dignificar) o compromisso que assumi, afinal, no seu conteúdo essencial, em tudo idêntico aos que anteriormente havia prestado.

Não se afigura, porém, tarefa fácil, particularmente no que respeita às específicas responsabilidades do juiz de instrução criminal (atribuídas precisamente pela Constituição e pela lei) na adopção, perante as concretas situações que lhe são apresentadas, de medidas necessárias a garantir, tanto quanto possível, a segurança da comunidade.

O actual figurino processual penal (resultante da 15ª alteração ao texto original do código publicado em 1987) alterou assinalavelmente diversos institutos jurídicos, sem que o legislador se tivesse dado ao trabalho de justificar os motivos que estiveram na origem das alterações (igualmente omissos na intenção reformista, anunciada de modo vago e genérico, no programa do XVII Governo Constitucional em exercício) e que conduziram às específicas soluções adoptadas (talvez por se presumir que consagra as soluções mais acertadas e as expressa em termos adequados), omitindo, por completo, a exposição de motivos que usualmente encabeça qualquer diploma legal e que, pela particular importância da matéria legislada, mais ainda se justificava neste caso.

São, no entanto, bem conhecidas as críticas dirigidas ao processo penal, nos termos em que anteriormente se encontrava delineado, e que incidiam, em especial, sobre a morosidade (crítica transversal às múltiplas áreas da justiça e que, em face da relevância dos interesses que se tutelam, assumia e assume aqui particular importância), o segredo de justiça (penalizador dos direitos de defesa do arguido e muito pouco respeitado),

a intercepção de comunicações (ao nível dos pressupostos e dos procedimentos de execução) e a prisão preventiva (não tanto quanto aos pressupostos objectivos da sua aplicação mas antes no que respeita à sua duração). Críticas agudizadas com os episódios que se foram sucedendo no decurso do mais mediático processo criminal de que há memória, convocando definitivamente a atenção dos agentes políticos.

Conjecturando, poderei facilmente acreditar que na origem das alterações produzidas estiveram tais críticas. Ficam por explicar, a meu ver, as concretas soluções adoptadas, sufragadas sem uma discussão profunda e ponderada, onde se colhesse o indispensável contributo de doutrinadores e operadores judiciários, que as sustentasse em termos doutrinaiis e, ou, pragmáticos. Fica igualmente por explicar a premência das alterações (dificilmente se compreende a forma intempestiva como a reforma, com a profundidade que a caracterizou, entrou em vigor, surpreendendo todos os operadores judiciários, colocados perante normas que, sem responsabilidade sua, desconheciam e que reclamavam aplicação imediata).

Ao nível da primeira linha de defesa da sociedade em relação a condutas violadoras de bens jurídicos fundamentais, ou seja em sede de medidas de coacção, foram significativas as alterações efectuadas.

Desde logo quanto ao primeiro interrogatório judicial, intimamente ligado à aplicação de medidas de coacção, são reforçadas as garantias de defesa do arguido ao exigir-se que a sua apresentação seja acompanhada da indicação circunstanciada dos motivos da detenção (o que se louva) e que seja informado dos elementos do processo que indiciam os factos imputados sempre que isso não ponha em causa a investigação e não coloque em perigo os participantes processuais ou as vítimas (o que igualmente se aplaude). Menos compreensível, porque a meu ver inútil, será a alusão, presente na al. d) do nº4 do artº 141º, à obrigatoriedade de todas as informações prestadas ao arguido (relativamente aos motivos da detenção, aos factos que lhe são concretamente imputados e aos elementos do processo que os indiciam) constarem do auto de interrogatório, o que resultava já do artº 99º/3, não alterado.

No tocante especificamente às medidas de coacção, destaca-se, de imediato, a indicação detalhada dos elementos que deverão integrar a fundamentação do despacho que procede à sua aplicação (artº 194º/4), alteração que nada acrescenta ao dever de fundamentação subjacente às decisões judiciais (que já determinava a indicação dos elementos em apreço essenciais à verificação dos

Artur Cordeiro
Juiz de Direito



pressupostos de aplicação), limitando-se a revelar a desconfiança sentida pelo legislador em relação ao aplicador.

Depois, faz-se referência expressa à relação de subsidiariedade existente entre as medidas que implicam a privação de liberdade e as que não produzem este efeito, preferindo-se entre aquelas a obrigação de permanência na habitação (artº 193º/2 e 3), o que, estou certo, até os mais desatentos logriam discernir, quanto mais não fosse, dos mais elementares princípios gerais que enformam o processo penal.

Concretamente quanto à prisão preventiva procedeu-se à redução do seu prazo de duração (artº 215º), o que se considera positivo (ainda que os meios de investigação, segundo os investigadores, sejam insuficientes para que seja também reduzido em idêntica proporção o tempo do apuramento dos factos, a verdade é que a prisão “sem culpa formada” deve efectivamente ser reduzida tanto quanto possível, de modo a que não resulte totalmente desvirtuado o princípio da presunção de inocência).

Menos positivas e, em minha opinião, perigosas serão outras alterações introduzidas a esta medida de coacção.

A primeira, que bule com o regime geral de aplicação das medidas de coacção, refere-se à limitação imposta ao juiz de instrução de aplicar, durante o inquérito, medida de coacção ou garantia patrimonial mais grave do que a preconizada pelo Ministério Público (artº 194º/2). Na proposta de lei que esteve na origem da revisão (Proposta de Lei nº 109/X) refere-se que esta particular alteração, acolhendo um entendimento dominante (????), é justificada pela circunstância do Ministério Público ser o “dominus” do inquérito. Sendo, inquestionavelmente, o Ministério Público quem melhor posicionado se encontrará no inquérito para aferir as repercussões que as medidas de coacção produzirão na investigação, de que sempre pôde dar nota, não parece que essa posição de privilégio se mantenha quanto à ponderação global a realizar sobre as medidas de coacção a aplicar em cada situação concreta (onde se poderá surpreender a existência de perigos consideravelmente superiores, pelo valor dos bens jurídicos que previsivelmente

serão atingidos, ao da perturbação do inquérito, a exigirem a aplicação de medidas de coacção mais gravosas do que aquelas que se mostrem adequadas e suficientes para impedir a concretização deste perigo), nem parece que, atenta a natureza pública das finalidades visadas pelas medidas de coacção, a sua aplicação deva ser condicionada, qual matéria entregue à livre disponibilidade das “partes”, pelo princípio do pedido.

Abstraindo-me destas objecções e tendo como assente o princípio de que é o Ministério Público quem estabelece o “limite máximo” das medidas de coacção a aplicar em sede de inquérito por melhor conhecer a realidade concreta nesta fase, como se explica, então, que lhe seja agora vedado o direito a recorrer da decisão judicial que não sancionou a medida de coacção por si proposta mas outra menos gravosa (artº 219º). Ao invés, permite-se ao Ministério Público recorrer da decisão que aplique a medida de coacção por si proposta (ou outra, necessariamente menos gravosa do que esta), desde que em benefício do arguido.

Outra das alterações cuja bondade se questiona, sem dúvida a mais importante no que à prisão preventiva respeita, foi a restrição da aplicação desta medida de coacção aos casos de crimes dolosos puníveis com pena de prisão de máximo superior a 5 anos (excepcionando-se esta regra apenas nos casos de crime doloso de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada – susceptíveis, em abstracto, de serem considerados como tal: o crime de associação criminosa cuja conduta típica menos gravosa é punida com pena de prisão até cinco anos de prisão, nos termos do artº 299º do Cód. Penal; o crime de constituição de grupo, organização ou associação terrorista punido com prisão até oito anos na forma menos gravosa, conforme se dispõe nos artºs 2º e 3º da Lei nº 52/2003, de 22/08; e em geral as condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a cinco anos – e nos casos em que o arguido tenha penetrado ou permaneça irregularmente em território nacional ou tenha em curso contra si um processo de extradição ou expulsão).

Na Proposta de Lei nº 109/X, já aludida, pretende-se justificar a modificação em causa com o carácter excepcional da prisão preventiva. Mas, excepcional, já ela era. Posto que, revestindo o crime assinalável gravidade, como sucede com os crimes puníveis com pena de prisão de máximo superior a três anos (assim o diz a lei fundamental no seu artº 27º/3/b) que não foi alterado), a prisão será excepcionalmente admissível se nenhuma das demais medidas de coacção se mostre suficiente para satisfazer as necessidades cautelares que se façam sentir no concreto quadro factual apresentado. É na apreciação das exigências cautelares que se fazem sentir em cada caso concreto e na determinação das medidas aptas a satisfazê-las (optando-se sempre pelas que menor compressão acarretem para os direitos do arguido) que a excepcionalidade

da prisão preventiva tem o seu lugar natural e não tanto no elenco de crimes cuja indicição constitui pressuposto de aplicação desta medida de coacção, especificamente identificado na Constituição como o conjunto de ilícitos puníveis com pena de prisão de máximo superior a três anos. Pelo menos, assim parece resultar da Constituição (artº 28º/2).

A modificação legal transformou a natureza excepcional da prisão preventiva, tornando-a excepcionalíssima e determinando que a mesma não possa agora ser aplicada em situações onde se verifiquem, concreta e intensamente, os perigos de fuga, de perturbação do decurso do inquérito e da instrução do processo, de perturbação da ordem e da tranquilidade públicas e de continuação da actividade criminosa quando se indicie, ainda que de forma especialmente acentuada, a prática, entre outros, dos crimes de pornografia de menores (artº 176º/1 do CP), furto qualificado (artº 204º/1 do CP), abuso de confiança qualificado (artº 205º/1 e 4/a) do CP, dano qualificado (artº 213º/1 do CP), burla qualificada (artº 218º/1 do CP), burla relativa a trabalho ou emprego (artº 222º do CP), abuso de cartão de garantia ou de crédito (artº 225º do CP), insolvência dolosa (artº 227º do CP), receptação (artº 231º/1 do CP), subtracção de menor (artº 249º/1/a) e c) do CP, falsificação ou contrafacção de documento (artº 256º/1, 3 e 4 do CP), falsificação por funcionário (artº 257º do CP), passagem de moeda falsa (artº 265º/1/a) do CP, tráfico de influência (artº 335º/1/a) do CP), descaminho ou destruição de objectos colocados sob o poder público (artº 355º do CP), corrupção activa (artº 374º/1 do CP), participação económica em negócio (artº 377º/1 do CP) e de detenção de arma proibida (artº 86º/1/b) e c) da novíssima Lei nº 5/2006, de 23/02).

O que poderá justificar uma tal opção? A redução, a qualquer custo, da aplicação da prisão preventiva, mas não só...

A este novo quadro legal junta-se a orientação geral sobre a política criminal, no sentido do Ministério Público, de acordo com as directivas e instruções genéricas aprovadas pelo PGR, dever requerer, preferencialmente, a aplicação de medidas de coacção diversas da prisão preventiva sempre que o acompanhamento e a assistência a agentes acusados ou condenados pela prática de crimes não exigir a aplicação desta medida (artº 15º/1 da Lei de Política Criminal).

Versando sobre questão imperativamente regulada no mesmo sentido pela Constituição e pela lei ordinária, nada lhe acrescentando, a disposição referida limita-se a tornar clara a desconfiança sentida pelo legislador em relação à acção do aplicador. Só esta desconfiança pode explicar o “lembrete”.

O nosso código processo penal assumiu, na sua origem, como finalidade a realização da justiça no caso, por meios processualmente admissíveis e por forma a assegurar a paz jurídica dos cidadãos, procurando estabelecer um modelo processual preordenado à concordância prática destas três referências que (individualmente consideradas) conflí-

tuam entre si, de modo a obter a maximização alcançável e admissível das respectivas implicações (Ponto II, nº 5, do relatório preambular do CPP).

Na mesma linha, mas menos ambiciosa, vem a ideia expressa na exposição de motivos Proposta de Lei nº 109/X, onde se refere que “as alterações pretendem conciliar a protecção da vítima (...) e o desígnio de eficácia com as garantias de defesa, procurando dar cumprimento ao nº 2 do artigo 32.º da Constituição, que associa a presunção de inocência à celeridade do julgamento”.

Em meu entender as alterações a que aludimos reforçam inquestionavelmente o princípio da presunção de inocência do arguido mas desconsideram os direitos das vítimas de crimes, as exigências de segurança da comunidade e as finalidades de realização de justiça (direitos fundamentais dos cidadãos e, simultaneamente, obrigações do Estado), desequilibrando a pretendida harmonia entre as finalidades prosseguidas pelo processo penal.

Contudo, as alterações a que aludimos foram legitimamente sufragadas pelo órgão de soberania competente e todos, especialmente os magistrados, lhe devem obediência.

Não existe notícia (fundada) de qualquer objecção de consciência à aplicação do actual regime processual penal formulada por magistrado, pese embora alguns tenham manifestado preocupações semelhantes àquelas que aqui deixo expressas.

Por isso é pouco séria e até insultuosa a acusação, divulgada na comunicação social como tendo tido origem nos percursos políticos das alterações, de que os juizes, em conluio e como manifestação da sua oposição às alterações, se recusavam a aplicar a prisão preventiva nos casos que a reclamavam, qual verdadeira associação criminosa (passíveis, portanto, de serem sujeitos a prisão preventiva mesmo no novo quadro legal).

Mas também não deverá ser levada a sério a correlação directa e exclusiva, sustentada por alguns, entre o novo quadro legal de aplicação de medidas de coacção e a criminalidade que concentrou, quase em exclusivo, a atenção dos meios de comunicação social neste Verão e lançou novamente o debate sobre a prisão preventiva. Desde logo porque, apesar das reacções imediatas surgidas com a maior visibilidade alcançada pelo eclodir de alguns eventos marcadamente violentos, está por demonstrar que essa vaga de criminalidade tenha resultado isoladamente do sinal de maior permissividade lançado pelo novo regime processual penal e não também de fenómenos sociológicos de análise bem mais complexa. Depois porque os crimes noticiados admitiam, todos eles, a aplicação aos respectivos autores da medida de coacção mais grave (prisão preventiva).

É verdade, porém, que alguns dos crimes noticiados suscitam uma preocupação acrescida em virtude da total desconsideração revelada pelos seus agentes relativamente à autoridade do Estado (destacando-se a agressão a juizes em plena audiência de

juízo, a invasão de uma esquadra da polícia por um grupo que souou imperturbadamente um cidadão que ali apresentava queixa, a tentativa de homicídio dentro de uma esquadra de polícia e o furto ocorrido na sede da Direcção Central de Combate ao Banditismo, por escalamento), criando um indistigável sentimento de insegurança na comunidade.

Atento a estes fenómenos, ou simplesmente acochado pela opinião pública e publicada, o Governo vem agora propor uma alteração ao regime jurídico das armas e suas munições (Proposta de Lei n.º 222/X), prevendo expressamente a aplicabilidade da prisão preventiva em todos os casos de crimes de detenção de arma proibida e de crimes cometidos com recurso a arma, a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos.

A novidade trazida ao regime vigente prende-se apenas com a admissibilidade de aplicação da prisão preventiva nas situações em que se indície a prática de crimes de detenção de arma proibida, pois as demais situações (crimes cometidos com recurso a arma e a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos) já admitiam a aplicação da referida medida de coacção (artº 202º/b) do CPP).

Nada de significativo se pretende alterar. Como assinalou o Exmº Sr. Procurador Geral da República “o hipergarantismo concedido aos arguidos colide com o direito das vítimas, com o prestígio das instituições e dificulta ou impede, muitas vezes, o combate eficaz à criminalidade complexa”.

Em minha opinião, também assim sucede na matéria a que aqui votei a minha atenção, onde a desigualdade de armas entre

o Estado e os arguidos é patente.

Mas o legislador mostra-se irredutível quanto ao caminho que decidiu encetar na 15ª alteração ao Código de Processo Penal.

Não descortinando razões de Estado ou de interesse público que justifiquem a opção tomada, apenas me poderei quedar pela desconfiança que o legislador parece sentir relativamente ao uso que os magistrados fazem da mais gravosa entre as medidas de coacção.

No entanto, importa ter presente que os erros do aplicador da lei, susceptíveis de afectar o indivíduo atingido pela decisão viciada, são sempre passíveis de correcção mediante impugnação daquela decisão que, inevitavelmente, provocará uma reapreciação da questão e a expurgação do erro.

E os erros da lei, susceptíveis de todos afectar ? ...

Joaquim Castanho
escritor



sua frente, sobre o pára-brisas, e truz-pás-zás-catrapuz, pelo que o condutor exclamou “ai, Jesus”, ao ver a ave de asas em cruz, travou, parou, e condoído pela visão, tratou de recolher o pardal, a quem o coração ainda batia, colocando-o no banco ao lado, até chegar a casa, para tratá-lo conforme pudesse e sabia. Pois bem, ao remanso do lar chegado, o remorso virou cuidado, e ajeitou o pobre animal, numa cama de papel, pondo-lhe perto água e pão, dentro de uma gaiola antes vazia, que guardara para qualquer ocasião. E ali ficou Sebastião, entre medo, dor e agonia, mas como era ave de respeito, por aquilo que lhe batia no peito, eis que pasadas algumas horas, sem perdas demoras, deu acordo de si... e dito e feito: que viu ele? Ao fundo, gráficas paredes, de histório castelão, enquanto perto tão-só grades, um púcaro de água, migalhas de pão. Afligi-se então nesse ínterim, que nunca se vira em tais sedes, e lançando os olhitos aos céus, gritou “ai, meu Deus, que fui eu fazer?, não é que queres ver, que matei o tipo do Mercedes?”

Portanto, perante o visto, na subida de quanta gente espera que a Justiça seja justa, mas lhe acede de pernas para o ar, quis-me parecer que razão tinha o pardal em desconfiar do trato, que também aqueles a quem é anunciada a mudança de uma Justiça para todos, democrática, deve ser difícil de entender, já que das sociedades e cidades e edifícios que são fundamentalmente só para alguns, muito pequena há-de ser a que vier. Porque a Justiça serve a sociedade que a sustenta, e essa, é precisamente esta a Justiça que ela quer. E quem pensar o contrário, sujeita-se a ser outra bárbara avis rara!

Ensaio Sobre as Aves

“Ele não respondeu, acompanhou-a à porta e tentou não ouvir os saltos dela no mármore, a escreverem S-E-X-O em código Morse.”

In O Cego de Sevilha (p.221),de Robert Wilson

Porque os que com desacuidade vêm, exigem cegueira absoluta aos que consigo habitam, convivem, trabalham, aprendem, partilham interesses e se divertem, é notório que enquanto a Justiça for condicionada pela “arquitectura” integrista e fundamentar os seus alicerces no corporativismo burocrático – obrigado, Kafka! –, será cada vez mais injusta e menos democrática, menos confiável e mais sexista, ou seleccionista, menos acessível e mais confusa, menos transparente e mais secretista, de suspeitas coreografias nas oportunidades decisórias, além de tender cada vez mais a transformar-se numa arma de arremesso para diferenças e ódios, como instrumento de poder que o establishment dispõe a seu bel-prazer, a fim de enfrentar os seus mais acesos e acérrimos temores, legitimar as profilaxias de evitação, nomeadamente as de precedentes, executar as principais antipatias viscerais socialmente identificadas, através do exercício modelar da percepção motivada (e economicamente assistida), capacitada e justificada por uma estranha interpretação determinista da moralidade, na medida em que qualquer variação no status se incrementa sempre por pronunciada ruptura – ou dissidência, ou resistência – com o sistema vigente, baseada em formas de o adular ou corromper, recorrendo invariavelmente a meios pouco ortodoxos, logo passíveis de ilegitimidade e “indesejáveis”; eis, portanto, o caldo sócio-cultural em que se multiplica a matiz de tangência entre as esferas política, judicial e pessoal, na formatação do vínculo de percepção concreta da ética democrática, onde os problemas fazem impreterivelmente parte das soluções.

Porém, soam rumores de novidade, ventos de mudança, em feição a reparados rumos. Pode apenas ser crença, fé de gentios,

homens e mulheres que por muito peregrinar nos passos perdidos, ainda supõem ser possível ir para o futuro numa carroça do passado. E quem diz carroça, diz máquina; e quem diz máquina, diz aparelho, diz sistema; e quem diz sistema, diz corpo legal, diz software, diz edifícios, diz instalações. Por mim, sendo local de frequência conjugável no obrigatório, que é gerúndio de tem-querer, da última vez que fui a um tribunal, no caso, ao de Portalegre, depois de subir os socacos até ao primeiro piso, restou-me esperar num corredor soturno e frio, sentado em banco conventual, a ler, até que, saltos batidos no mármore se fizeram ouvir, pesados em sobrecarga de processos, me apagaram a luz, exigindo-me por único entretem o umbral da porta (sem porta) ao fundo do corredor, onde, dois homens principiavam a levar outro, escadas acima, numa cadeira de rodas, pegando-lhe o da frente pelas rodas dianteiras da mesma, o de detrás, nos punhos das costas que servem para empurrar a dita (máquina), para aceder à sala de audiências, a fim de poder usufruir da Justiça, não sei se como arguido, se como queixoso, o que também não terá importância alguma, uma vez que para a ela chegar teve que ir de cabeça para baixo...

E como vi uma cadeira de rodas, imaginei que terá sido resultado de qualquer acidente. Lembrei-me então, do pardal Sebastião, que num dia de nevoeiro, lhe aconteceu por inteiro, ser o desafortunado aventureiro, de mais um acidente de viação:

Ia, pela estrada de Alpalhão, no seu Mercedes topo de gama, um próspero agricultor, cuja perícia na condução, é pisar bem no acelerador. Todavia, em sentido contrário, fugindo da áspera rama, de uma árvore à beirinha, num ápice de fósforo em chama, veio Sebastião de repente, estatelar-se mesmo na

artigo

MENINA JOVEM MYRA

Julieta Monginho



Quis a espantosa ordem das coincidências que na minha semana se tenham conjugado o I Congresso Internacional da Adopção e o fim da leitura de «Myra», o último romance de Maria Velho da Costa. Não, Myra não é uma menina adoptada, nem judicialmente adoptável, apenas uma rapariga que tem a sua primeira menstruação no começo do livro e anda em fuga, ou seja em busca de laços afectivos, na companhia de Rambo, o cão:

Foi então que Myra pensou que se tinha urinado de medo. As pernas estavam pegajosas, molhadas por dentro. Apalpouse e viu pela mancha escura nos dedos que era sangue vivo. Logo havia de ser hoje, a primeira vez, Rambo, disse sem medo para o cão. O sangue puxa o sangue. Não pude ir ao Congresso, mas acabei a leitura deste livro belíssimo. Ambos, ausência e livro, mais algumas perplexidades suscitadas durante a minha ainda breve experiência no Tribunal de Família e Menores, levam-me o pensamento para os miúdos apanhados na encruzilhada dos projectos, no beco das insoluções. Refiro-me aos pré-adolescentes ou adolescentes que falharam o momento, condenados a permanecer em acolhimento institucional até ao fim da linha, porque a família biológica foi um perigo que demorou séculos a diagnosticar e a família de afecto não funcioinou ou inexistiu. Grande parte deles, campeões de uma longuíssima prova de obstáculos, conseguiu que lhes fosse aplicada a medida de acolhimento com vista à adopção. Porém tardiamente, quando já ninguém os quer e eles já aprenderam que querer não é poder.

Os números, pelo contrário, têm um poder descomunal. Todos os números que nos impõem são traidores, prepotentes, inimigos. Os números das idades sucessivas, os do relógio, os da estatística (a matemática elementar do mérito imediato), os dos processos empilhados em permanente instabilidade, ainda que no recato electrónico, como se não fossem vidas próprias o que está empilhado nas nossas secretárias. Os números implacáveis, os estudos, os rankings. Os miúdos, esses, só muito raramente aparecem (puxam-nos pela gola do casaco, batem-nos à porta do ombro, perguntam está aí alguém?). Aparecem, claro está, para nos incomodar, que mais podem fazer? Aparecem em situações limite: a arte da fuga permanente (Nem sol de dia, nem as Ursas da noite, a Maior e a Menor. Myra caminha debaixo de um céu cego, opaco e descido, mais branco que negro. Nem o halo de lua, que é forma que o sol toma, quando o céu branqueia. Myra não sabe onde está e o cão, solto à frente, não pode farejar o seu destino de Sul.), circunscrita ao âmbito da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo; a arte da ameaça aos valores socialmente aceites e legalmente protegidos, no âmbito da Lei Tutelar de Menores. Aliás raramente se repartem por uma ou outra em alternativa, quase sempre as duas leis – as duas artes - se entrelaçam e confundem no mesmo desabrigo.

Quando o incómodo perturba, proliferam as reportagens nos jornais, os artigos de fundo nas revistas, o falatório bloguista, verdadeiras imagens em prime time. De repente até, tresmalhada do discurso, uma frase essencial: «A partir de certa idade ficam incontroláveis e ameaçadores. Mas, por vezes, basta um pouco de atenção para ficarem tranquilos. O problema é que ninguém lhes liga...» Então eles desatam a ligar-se uns aos outros e a desligar-se do exterior, do mundo que consideramos real, do mundo nosso. Todos os dias deambulam um pouco mais para longe, cada dia perdem mais um ano. Passos de caranguejo, empurrões, pontapés no nevoeiro, julgando destruir pequenos muros de berlim. Ou talvez de berlim só conheçam as bolas e cobicem o creme (sim, o creme é essencial, sem creme não têm estilo nenhum). Empurram, ligam-se, riem, resumem o orgulho do caçador furtivo, do bandido encartado, do poder único de maçar, amedrontar quem os despreza.

Agora é fácil serem apanhados numa teia qualquer: possuem alcunhas e nicknames, um degrau fixo na escala identitária, não se confundem na multidão embora ecoem vozes que são só uma. Fácil apanhá-los porque são inúmeras as vias ditas protectoras, resta saber quem protegemos nós e de que medos.

A primeira das vias – porque a princípio era o verbo e a palavra transforma o pensa-

mento – é a supressão dos rótulos fatais e do conceito de marginalidade: tratamo-los por JOVENS. Num país onde os nomes valem nada se desantecedidos das fórmulas sociais de qualificação - senhor doutor, senhor engenheiro, senhor arquitecto, por quem é - o Pedro é o Jovem Pedro e a Cátia a Jovem Cátia. Talvez fosse ainda mais correcto tratá-los por Senhor Jovem Pedro ou então Menina Jovem Cátia. Assim o nome (o epíteto, o invólucro) é um aparente elemento de inclusão, mas muito insuficiente; ei-los convocados ao centro do mundo por deferência e simplificação. A margem, essa origem, desapareceu na arca trespassada pelos punhais do prestidigitador, ou seja continua lá, assusta-nos os olhos e cega-os, complacente.

As outras vias são enumeradas em alíneas, aplicadas por audazes voluntários da decepção. A Cátia significa trinta minutos em tempo, vinte linhas em espaço, o Pedro outro tanto. Muito pouco para vidas tão precoces, já cansadas, tão aptas a destruir-se e a destruir.

Por isso às vezes escrevem bilhetinhos aos processos. Com erros ortográficos: senhor doutor juiz eu queria pedir se me deixava ir passar uns dias com a minha família de quando eu era pequeno. Senhor tribunal eu ouvi dizer que a minha mãe já não consome e eu tenho tantas saudades agora ela já não me batia se pudesse voltar para casa. Senhores eu só queria no fim de semana ou quando desse jeito ver o meu primo André.

Consulta-se o processo de uma ponta à outra: família biológica maltratante, proibidos os contactos; família de acolhimento inexistente; acolhimento institucional de longa duração – fim da linha; acolhimento institucional com vista à adopção a partir dos dez (ou menos) anos de idade, com ou sem processos de adopção falhados – fim da linha. Nenhum projecto alternativo, nenhuma resposta fora da instituição. Folheia-se a agenda, inventa-se um furo para chamar o Jovem e explicar-lhe que não há resposta (ou então aguarda-se até ser apanhado na rede tutelar).

O relógio não pára. O relógio nunca parou na vida do miúdo à nossa frente, não pára nos desabafos, não pára nas lágrimas, não

pára nos fins de semana sem cinema nem ninguém que os procure, não pára na espera do miúdo que se segue, ou seja na esperança e na fuga que se segue.

(Eles sabem de onde vem, minha boa menina. Para onde vai, só Deus. A necessidade é a mãe do engenho, e não há coisa mais pulcra que a necessidade que Deus tem de nós, coitadinho. Eu penso, menina. E só estou aqui por um pouco de estímulo intelectual. Perceber os marginais, percebe, Miss Myra?)

Eu não percebo grande coisa, sonho mais. Sonho poder ter tempo para ouvir os miúdos sem horas marcadas, sem limites de tempo. Como conseguia fazer o meu formador vinte e tal anos atrás – tantas saudades, doutor Rui Epifânio – não porque esse tempo fosse melhor (os mecanismos protectores eram infinitamente menos) mas porque,

ainda assim, havia melhor equilfbrio entre o número de casos (cada um diferente dos demais, não há receitas) e o número de magistrados encarregados de os tratar.

Sonho que a verificação da inexistência de vinculação afectiva, irreversível, entre a criança e os progenitores ou a família biológica alargada, possa ocorrer cada vez mais precocemente. Que nenhum menino complete três anos sem ter ninguém a quem possa chamar mãe, pai, avô e que o adormeça ao colo, ou o repreenda meigamente, como só se faz a um filho.

Sonho que os candidatos a adoptantes não idealizem os seus futuros filhos como substitutos daqueles que não puderam conceber, que os aceitem dispostos a enfrentar a condição mais altruísta que a vida nos oferece, a do exercício da parentalidade.

Não sonho, mas prometo reflectir sobre

novas opções que a lei possa vir a estabelecer para os miúdos que o actual sistema encerra no beco da institucionalização (ainda assim, note-se, preferível a qualquer reatamento de laços com a família negligente ou maltratante). O caminho de um outro modelo, mais flexível, mais qualificado, mais ajustado à idade adolescente das famílias de acolhimento, ou mesmo das «famílias amigas» parece-me interessante.

Sonho que os miúdos que me enlevam e desafiam não se reduzam a números estatísticos num power point qualquer, publicado por seja qual for a instância de poder.

Marcha, Myra, um pé atrás do outro, não penses. Voa. Um pé atrás do outro. Como reses que ninguém abate, nem mortas.

Sonho que nenhuma estória seja igual à de Myra.

Susana Silva
(Juíza de Direito)



Altera o regime jurídico do divórcio.
-Lei n.º 63/2008, de 18 de Novembro
Décima primeira alteração ao Estatuto dos Magistrados Judiciais.
-Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro
Orçamento do Estado para 2009

DECRETO-LEI:

-Decreto-Lei n.º 96/2008, de 9 de Junho
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de Maio, que aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios.
-Decreto-Lei n.º 101/2008, de 16 de Junho
Estabelece o regime jurídico dos sistemas de segurança privada dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas e revoga o Decreto-Lei n.º 263/2001, de 28 de Setembro.
-Decreto-Lei n.º 102/2008, de 20 de Junho
Altera e republica o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado e o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias.
-Decreto-Lei n.º 105/2008, de 25 de Junho
Institui medidas sociais de reforço da protecção social na maternidade, paternidade e adopção e altera o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril.
-Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho
Altera e republica o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho.
-Decreto-Lei n.º 113/2008, de 1 de Julho

resenha

Legislação e Regulamentação

LEI:

-Lei n.º 26/2008, de 27 de Junho
Nona alteração ao Estatuto dos Magistrados Judiciais e quinta alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.
-Lei n.º 26-A/2008, de 27 de Junho
Altera o Código do IVA e procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto.
-Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho
Estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou protecção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária.
-Lei n.º 29/2008, de 4 de Julho
Primeira alteração à Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal.
-Lei n.º 31/2008, de 17 de Julho
Primeira alteração à Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas.
-Lei n.º 34/2008, de 23 de Julho
-Lei n.º 35/2008, de 28 de Julho
Segunda alteração à Lei das Comunicações Electrónicas aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro.
-Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto
Aprova a Orgânica da Polícia Judiciária.
-Lei n.º 38/2008, de 8 de Agosto
Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro, que altera o re-

gime jurídico do exercício da actividade de segurança privada.
-Lei n.º 39/2008, de 11 de Agosto
Primeira alteração do Decreto-Lei n.º 20/2008, de 31 de Janeiro, que simplifica o regime do registo de veículos.
-Lei n.º 40/2008, 11 de Agosto
Décima quinta alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário.
-Lei n.º 41/2008, de 13 de Agosto
Grandes Opções do Plano para 2009.
-Lei n.º 43/2008, de 27 de Agosto
Primeira alteração do Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro, que aprova o Regulamento das Custas Processuais.
-Lei n.º 44/2008, de 27 de Agosto
Segunda alteração ao Código do Imposto sobre Veículos.
-Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto
Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal.
-Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto
Aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.
-Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto
Aprova a Lei de Segurança Interna.
-Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro
Cria o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC).
-Lei n.º 56/2008, de 4 de Setembro
Quarta alteração ao Código das Expropriações.
-Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro
Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.
-Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro

Sétima alteração ao Código da Estrada.
-Decreto-Lei n.º 114/2008, de 1 de Julho
Quinta alteração do Decreto-Lei n.º 267-B/2000, de 20 de Outubro, que aprovou o Regulamento dos Elementos e Características dos Veículos a Motor de Duas e Três Rodas.
-Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de Julho
Adopta medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de actos e procedimentos no âmbito do registo predial e actos conexos.
-Decreto-Lei n.º 126/2008, de 21 de Julho
Décima terceira alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de Novembro, que regula o funcionamento do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo.
-Decreto-Lei n.º 135/2008, de 21 de Julho
Oitava alteração ao Regulamento da Homologação CE de Modelo de Automóveis e Reboques, Seus Sistemas, Componentes e Unidades Técnicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2000, de 6 de Maio.
-Decreto-Lei n.º 136/2008, de 21 de Julho
Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de Dezembro, que regula as inspecções técnicas periódicas para atribuição de matrícula e inspecções extraordinárias de automóveis ligeiros, pesados e reboques.
-Decreto-Lei n.º 137/2008, de 21 de Julho
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de Julho, que estabelece o regime jurídico do licenciamento e acesso à actividade de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem.
-Decreto-Lei n.º 143/2008, de 25 de Julho
Aprova medidas de simplificação e acesso à propriedade industrial, alterando o Código da Propriedade Industrial.
-Decreto-Lei n.º 145/2008, de 28 de Julho
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 239/2003, de 4 de Outubro, que estabelece o regime jurídico do contrato de transporte rodoviário nacional de mercadorias.
-Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho
Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais.
-Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de Agosto
Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto, revendo o regime aplicável aos processos de indemnização por acidente de viação, e primeira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 1/94, de 18 de Janeiro, clarificando que a atribuição das prestações por morte fica dependente de apenas uma acção judicial.
-Decreto-Lei n.º 169/2008, de 26 de Agosto
Terceira alteração ao Estatuto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.
-Decreto-Lei n.º 171/2008, de 26 de Agosto
Aprova medidas de tutela do mutuário no crédito à habitação no âmbito do reforço da renegociação das condições dos empréstimos e da respectiva mobilidade.
-Decreto-Lei n.º 181/2008, de 28 de Agosto
Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro, que aprova o Regulamento das Custas Processuais.
-Decreto-Lei n.º 187/2008, de 23 de Setembro

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2006, de 8 de Junho, que procede à criação de um regime processual civil de natureza experimental.
-Decreto-Lei n.º 194/2008, de 6 de Outubro
Nona alteração ao Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana.
-Decreto-Lei n.º 204/2008, 14 de Outubro
Aprova o regime jurídico relativo à Central de Responsabilidades de Crédito.
-Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro
Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.
-Decreto-Lei n.º 226/2008, de 20 de Novembro
No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 18/2008, de 21 de Abril, altera, no que respeita à acção executiva, o Código de Processo Civil, os Estatutos da Câmara dos Solicitadores e da Ordem dos Advogados e o registo informático das execuções.
-Decreto-Lei n.º 232/2008, de 2 de Dezembro
Altera o Código dos Impostos Especiais de Consumo.
-Decreto-Lei n.º 246/2008, de 18 de Dezembro
Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2009.

REGULAMENTOS:

-Decreto Regulamentar n.º 12/2008, de 9 de Junho
Regulamenta a Lei n.º 24/2007, de 18 de Julho, que define os direitos dos utentes nas vias rodoviárias classificadas como auto-estradas concessionadas, itinerários principais e itinerários complementares.
PORTARIAS:
-Portaria n.º 395/2008, de 6 de Junho
Aprova o modelo de declaração de entrada de estrangeiros, nos termos da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.
-Portaria n.º 396/2008, de 6 de Junho
Aprova o modelo de título de viagem para os cidadãos estrangeiros residentes no País na qualidade de refugiados.
-Portaria n.º 398/2008, de 6 de Junho
Aprova o modelo do documento de viagem a emitir para cidadão nacional de Estado terceiro que seja objecto de medida de expulsão e que não disponha de documento de viagem e revoga a Portaria n.º 664/99, de 18 de Agosto.
-Portaria n.º 413/2008, de 9 de Junho
Aprova o modelo de requerimento do complemento solidário para idosos e revoga a Portaria n.º 98-A/2006, de 1 de Fevereiro.
-Portaria n.º 415/2008, 11 de Junho
Aprova o modelo de boletim de alojamento e as regras de comunicação electrónica em condições de segurança, nos termos da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.
-Portaria n.º 425/2008, de 16 de Junho
Procede à actualização extraordinária dos montantes das prestações por abono de família para crianças e jovens e por abono de

família pré-natal.
-Portaria n.º 434/2008, de 18 de Junho
Define a estrutura dos comandos territoriais de polícia e aprova as respectivas subunidades.
-Portaria n.º 457/2008, de 20 de Junho
Altera a Portaria n.º 114/2008, de 6 de Fevereiro, que regula vários aspectos da tramitação electrónica dos processos judiciais.
-Portaria n.º 545/2008, de 27 de Junho
Aprova o Regulamento para o Funcionamento das Zonas de Caça Municipais e revoga a Portaria n.º 727/2006, de 20 de Julho.
-Portaria n.º 554/2008, de 30 de Junho
Determina os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na actualização das remunerações que servem de base de cálculo das pensões em 2008 e revoga a Portaria n.º 742/2007, de 25 de Junho.
-Portaria n.º 569/2008, de 2 de Julho
Alarga a várias conservatórias a competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações.
-Portaria n.º 574/2008, de 4 de Julho
Altera a Portaria n.º 385/2004, de 16 de Abril, que aprova a tabela de honorários e encargos da actividade notarial.
-Portaria n.º 604-A/2008, de 9 de Julho
Aprova os formulários tipo de pedido de restituição das quantias referentes às portagens cobradas em troços em que a concessionária se encontre numa situação de incumprimento.
-Portaria n.º 621/2008, de 18 de Julho
Regulamenta os pedidos de registo predial.
-Portaria n.º 622/2008, de 18 de Julho
Regula as taxas devidas aos serviços de registo pela emissão de certidões, fotocópias, informações e certificados de registo predial.
-Portaria n.º 683/2008, de 28 de Julho
Fixa os preços máximos de aquisição das habitações para o ano de 2008.
-Portaria n.º 710/2008, de 31 de Julho
Instala o Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Palmela e Setúbal e aprova o respectivo Regulamento Interno.
-Portaria n.º 874/2008, de 14 de Agosto
Fixa os quadros dos magistrados dos tribunais administrativos e fiscais e os quadros das secretarias e dos serviços de apoio dos tribunais administrativos e fiscais.
-Portaria n.º 896/2008, de 18 de Agosto
Altera a Portaria n.º 1288/2005, de 15 de Dezembro, que aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro.
-Portaria n.º 965/2008, de 29 de Agosto
Aprova os Estatutos do Centro de Estudos Judiciários.
-Portaria n.º 996/2008, de 4 de Setembro
Altera a Portaria n.º 480/2003, de 16 de Junho, que aprova o modelo uniforme de título de residência para os nacionais de países terceiros.
-Portaria n.º 1084/2008, de 25 de Setembro
Aprova o Regulamento de Inscrição de Beneficiários dos Serviços Sociais da Administração Pública.
-Portaria n.º 1092/2008, de 29 de Setembro

Alarga a várias conservatórias a competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações.

-Portaria n.º 1240/2008, de 31 de Outubro Fixa, para vigorar em 2009, o preço de construção da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada.

-Portaria n.º 1240-A/2008, de 31 de Outubro Estabelece os factores de correcção extraordinária das rendas a que se refere o artigo 11.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro.

-Portaria n.º 1314/2008, de 13 de Novembro Cessa a situação de liquidatária da Secretaria-Geral de Injunção de Lisboa.

-Portaria n.º 1417-A/2008, de 5 de Dezembro Instala o Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Mértola e Ourique e aprova o respectivo Regulamento Interno.

-Portaria n.º 1417-B/2008, de 5 de Dezembro Altera e republica o Regulamento Interno do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Palmela e Setúbal, aprovado pela Portaria n.º 710/2008, de 31 de Julho.

-Portaria n.º 1538/2008, de 30 de Dezembro Altera e republica a Portaria n.º 114/2008, de 6 de Fevereiro, que regula vários aspectos da tramitação electrónica dos processos judiciais.

-Portaria n.º 1545/2008, de 31 de Dezembro Fixa o valor médio de construção por metro quadrado para vigorar em 2009

-Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de Dezembro

Procede à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios, para os trabalhadores em funções públicas e actualiza as pensões de aposentação e sobrevivência, reforma e invalidez.

RESENHA DE JURISPRUDÊNCIA
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL:

-Acórdão n.º 313/2008, de 11 de Junho de 2008

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do trecho final do artigo 41.º, n.º 2, do Estatuto das Pensões de Sobrevivência, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/73, de 31 de Março, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 191-B/79, de 25 de Junho. (1.ª Série – Diário da República de 2 de Julho de 2008)

-Acórdão n.º 274/2008, de 13 de Maio de 2008

Julga inconstitucional o anexo à Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, conjugado com os artigos 6.º a 10.º da Portaria n.º 1085-A/04, de 31 de Agosto, na parte em que impõe que o rendimento relevante para efeitos de concessão do benefício do apoio judiciário seja necessariamente determinado a partir do rendimento do agregado familiar. (2.ª Série – Diário da República de 12 de Junho de 2008)

--Acórdão n.º 339/2008, de 19 de Junho de 2008

Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 181.º, n.º 4, do Código da Estrada, na redacção resultante do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro. (2.ª Série – Diário da República de 21 de Julho de 2008)

-Acórdão n.º 226/2008, de 21 de Abril de 2008

Não julga inconstitucional a norma do artigo 359.º do Código de Processo Penal, na redacção da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, interpretada no sentido de que, perante uma alteração substancial dos factos descritos na acusação ou na pronúncia, o tribunal não pode proferir decisão de extinção da instância em curso e determinar a comunicação ao Ministério Público para que este proceda pela totalidade dos factos. (2.ª Série – Diário da República de 22 de Julho de 2008)

-Acórdão n.º 375/2008, de 9 de Julho de 2008

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do artigo 13.º, n.º 2, do Código das Custas Judiciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224-A/96, de 26 de Novembro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de Dezembro, quando interpretado no sentido de que, no caso de transacção judicialmente homologada em que as custas em dívida sejam suportadas a meias, incumbe ao autor garantir o pagamento de metade do remanescente da taxa de justiça em dívida, com o ónus de subsequentemente reaver tal quantia do réu, a título de custas de parte. (1.ª Série – Diário da República de 8 de Agosto de 2008)

-Acórdão n.º 428/2008, 12 de Agosto de 2008

Julga inconstitucional, por violação do artigo 20.º, n.º 3, da Constituição da República Portuguesa, a interpretação do artigo 89.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, na redacção dada pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, segundo a qual é permitida e não pode ser recusada ao arguido, antes do encerramento do inquérito a que foi aplicado o segredo de justiça, a consulta irrestrita de todos os elementos do processo, neles incluindo dados relativos à reserva da vida privada de outras pessoas, abrangendo elementos bancários e fiscais sujeitos a segredo profissional, sem que tenha sido concluída a sua análise em termos de poder ser apreciado o seu relevo e utilização como prova, ou, pelo contrário, a sua destruição ou devolução, nos termos do n.º 7 do artigo 86.º do Código de Processo Penal. (2.ª Série – Diário da República de 30 de Setembro de 2008)

-Acórdão n.º 441/2008, de 23 de Setembro de 2008

Julga inconstitucional, por violação do direito de acesso aos tribunais, a norma constante do n.º I, n.º 1, alínea c), do anexo à Lei n.º 34/2004, conjugado com os artigos 6.º, 8.º e 9.º e respectivos anexos da Portaria n.º 1085-A/2004, de 31 de Agosto, interpretados no sentido de que determinam que seja considerado para efeitos de cálculo do rendimento relevante do requerente do benefício de apoio judiciário o rendimento do seu agregado familiar nos termos aí impostos (2.ª Série – Diário da República de 22 de Outubro de 2008)

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

-Acórdão n.º 7/2008, de 25 de Junho de 2008

“Em processo por crime de condução perigosa de veículo ou por crime de condução de veículo em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, não constando da acusação ou da pronúncia a indicação, entre as disposições legais aplicáveis, do n.º 1 do artigo 69.º do Código Penal, não pode ser aplicada a pena acessória de proibição de conduzir ali prevista, sem que ao arguido seja comunicada, nos termos dos n.os 1 e 3 do artigo 358.º do Código de Processo Penal, a alteração da qualificação jurídica dos factos daí resultante, sob pena de a sentença incorrer na nulidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 379.º deste último diploma legal.” (1.ª Série – Diário da República de 30 de Julho de 2008).

-Acórdão n.º 8/2008, de 25 de Junho de 2008

“Não obstante a derrogação operada pelo art. 28.º da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o art. 40.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, manteve-se em vigor não só «quanto ao cultivo» como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias.” (1.ª Série – Diário da República de 5 de Agosto de 2008).

-Acórdão n.º 9/2008, de 25 de Setembro

“Integra o crime de emissão de cheque sem provisão previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, a conduta do sacador de um cheque que, após a emissão deste, falsamente comunica ao banco sacado que o cheque se extraviou, assim o determinando a recusar o seu pagamento com esse fundamento.” (1.ª Série – Diário da República de 27 de Outubro de 2008).

-Acórdão n.º 10/2008, de 9 de Outubro

A acção executiva na qual se penhorou um veículo automóvel, sobre o qual incide registo de reserva de propriedade a favor do exequente, não pode prosseguir para as fases de concurso de credores e da venda, sem que este promova e comprove a inscrição, no registo automóvel, da extinção da referida reserva. (1.ª Série – Diário da República de 14 de Novembro de 2008).

-Acórdão n.º 11/2008, de 29 de Outubro

Nos termos do artigo 328.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, o adiamento da audiência de julgamento por prazo superior a 30 dias implica a perda de eficácia da prova produzida com sujeição ao princípio da imediação. Tal perda de eficácia ocorre independentemente da existência de documentação a que alude o artigo 363.º do mesmo diploma (1.ª Série – Diário da República de 11 de Dezembro de 2008)

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO:

-Acórdão n.º 2/2008, de 28 de Maio de 2008

Uniformiza a jurisprudência sobre a interpretação do artigo 25.º do RGIT – prescrição do concurso de contra-ordenações. (1.ª Série – Diário da República de 26 de Junho de 2008)

matéria provada

O restaurante “Terreiro do Paço” é uma parceria entre a Quinta das Lágrimas e o Chefe Vítor Sobral, que se uniram para criar um restaurante emblemático numa das mais deslumbrantes praças do mundo.

Vitor Sobral, sendo uma das maiores referências da gastronomia Portuguesa contemporânea, é também um profundo conhecedor das tradições culinárias do nosso país, que são na realidade a base da sua cozinha.

A Quinta das Lágrimas é considerado um dos melhores hotéis de charme de Portugal. Situado em Coimbra, o hotel possui dois restaurantes, um spa e uma academia de golfe.



Conceito

Localizado no coração da baixa pombalina, reconstruída pelo Marquês de Pombal após o terramoto de 1755, o restaurante “Terreiro do Paço” é um dos mais fascinantes espaços de Lisboa. O restaurante é um local de divulgação e promoção da riquíssima cultura gastronómica portuguesa e dos produtos regionais que lhe dão origem, desde a carne barrosa ou mertolenga aos azeites de várias regiões, até aos enchidos tradicionais e queijos artesanais. Todos os pratos são acompanhados por uma excelente escolha de vinhos nacionais.

Quinta das Lágrimas Chefe Vítor Sobral



O restaurante oferece uma experiência gastronómica num espaço com ambientes com diferentes ofertas e características: um restaurante de produtos nacionais (sala em cima), uma sala contígua em cima que pode ser usada para eventos e uma esplanada coberta pelas arcadas pombalinas do Terreiro do Paço e com vista para o rio (aberta no Verão).

O interior do restaurante é uma jóia da arquitectura pombalina que foi valorizado pela intervenção contemporânea do Arq. Silva Dias. O “Terreiro do Paço” foi já considerado um dos 25 restaurantes mais emblemáticos do mundo pela revista Condé Nast Traveller (2001).

Cozinha Nacional

O “Terreiro do Paço” oferece uma “cozinha nacional”, um conceito inovador de cozinha portuguesa, uma homenagem à tradição culinária e aos produtos portugueses respeitando a nossa cultura gastronómica que procura a afirmação de uma atitude inovadora através de novas experiências. A nossa cozinha utiliza produtos regionais de grande qualidade, vindos de produtores certificados de todo o país e rigorosamente seleccionados pelo Chefe Vítor Sobral, que são cozinhados por forma a preservar toda a sua pureza e sabor.

Eventos

O restaurante “Terreiro do Paço” possui salas de diferentes dimensões nas quais se podem realizar eventos culturais e gastronómicos. Todas as salas partilham o charme da arquitectura pombalina, com pés-direitos altos, tectos em abóboda e arcos ogivais. No interior do restaurante existem duas salas contíguas com capacidade para até 100 pessoas. O restaurante pode ainda ser alugado na sua totalidade.



CONCLUSÕES

Feita a análise das comunicações e da discussão subsequente, apuraram-se as seguintes conclusões:

I A ética dos juizes

1- A auto-regulação do poder judicial nos domínios da ética e dos deveres profissionais é fundamental na definição normativa do respectivo estatuto e na afirmação dos princípios para a qualidade e responsabilidade do Judiciário.
2- É essencial a reflexão permanente pelos juizes sobre os princípios da ética judicial, consubstanciados nos atributos centrais da actividade jurisdicional: independência, imparcialidade, integridade, humanismo, diligência e reserva.
Tendo em conta a unidade do corpo de juizes, essa reflexão deve estender-se à sua representação colectiva.
3- Neste âmbito, o documento “Compromisso Ético dos Juizes Portugueses – Princípios para a Qualidade e Responsabilidade” constitui uma referência válida e importante para o debate no seio dos juizes portugueses, comungando as preocupações e atitude dos seus congéneres ao nível internacional.

II Os tribunais na sociedade democrática

1- Os tribunais assumem uma crescente importância nas sociedades democráticas, revelando a sua centralidade política e social, constituindo-se como instituições privilegiadas para responder aos desafios suscitados pela fragmentação e fluidez das relações de poder, nomeadamente ao exercício concreto de direitos emergentes que atingem minorias, grupos sociais específicos, crítica social e causas fracturantes.
2- A independência dos tribunais e dos juizes passa pela revalorização da sua função de garantia, pela cooperação e pelo reforço da qualificação, autonomia e responsabilização do poder judicial nos seus aspectos organizativos.
3- A Constituição deve assumir-se como razão, quadro e limite da governabilidade do Judiciário como instituição de controlo dos regimes democráticos devendo as normas que estruturam os Tribunais e os juizes constituir-se num quadro de reserva consti-

tucional.
4- A organização judiciária, o estatuto dos juizes e o sistema organizativo do Conselho Superior da Magistratura e do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ou a consideração de um único Conselho unificado) devem ter um relevo constitucional densificado por forma a garantir efectivamente os direitos do cidadão a um sistema de justiça independente, cuja alteração só possa ser concretizada através de maiorias parlamentares reforçadas.
5- A esta organização constitucionalizada deve corresponder uma cultura organizativa que garanta e concretize um papel social activo do juiz através de uma resposta decisional de qualidade, consciente da participação no processo de criação do direito.

III Os tribunais e as reformas legislativas

1- A legislação processual é uma das principais causas da morosidade da justiça em Portugal, sendo urgente a sua simplificação e flexibilização, designadamente na área civil.
2- A produção legislativa manifestada em leis frequentemente alteradas, incompletas e defeituosas é um factor de crise que impõe a sua melhoria e reclama uma acrescida valorização da realização do direito pelos tribunais e a monitorização da sua aplicação.
3- As alterações legislativas no sistema penal, designadamente no domínio do segredo de justiça, devem compatibilizar de uma forma equilibrada as necessidades reais da investigação criminal, nomeadamente no domínio da criminalidade complexa, organizada e económica e financeira, de modo a que a tutela das garantias dos cidadãos não permita que o processo penal se torne num sistema burocrático que atinja apenas uma parcela residual de quem comete crimes.
4- A recente legislação de família e menores, com o recurso a conceitos jurídica e socialmente inovadores, acentua a necessidade de alargar a todo o território nacional a existência de tribunais de competência especializada de família e menores, incluindo secções especializadas nos tribunais superiores, formação multi-disciplinar e adequadas equipas de apoio.
5- As reformas legislativas no domínio lab-

oral não podem limitar o recurso aos tribunais numa área onde é manifesto um continuado défice no acesso à justiça e ao exercício de direitos fundamentais.
6- As reformas na área da jurisdição administrativa, particularmente no que toca à suspensão de actos administrativos pelo juiz no âmbito de providências cautelares, cumulados com o actual regime de responsabilidade civil, não podem vir a constituir um constrangimento para a liberdade de actuação do julgador.
7- A Convenção Europeia dos Direitos do Homem constitui a matriz fundamental de desenvolvimento dos mecanismos de cooperação judiciária internacional e da aproximação dos diversos sistemas judiciais, potenciando o intercâmbio entre magistrados e a criação de um direito comum europeu.
8- O acesso dos juizes aos tribunais superiores constitui exigência do Estado de direito democrático, devendo a avaliação curricular para a promoção privilegiar factores que valorizem a experiência de julgar.
9- Os tribunais devem beneficiar dos meios de segurança necessários e indispensáveis ao pleno exercício das suas funções.

IV O associativismo judicial

1- O associativismo judiciário é um elemento essencial para a criação e desenvolvimento de uma cultura judiciária democrática, em particular no que toca à independência e imparcialidade.
2- Para além da representação e defesa dos interesses sócio profissionais, o associativismo deve estar direccionado à preservação das condições institucionais, jurídicas, cívicas e éticas, imprescindíveis ao exercício das funções jurisdicionais.
3- A contribuição do associativismo dos juizes no processo de feitura das leis e na definição e programação das políticas públicas de justiça, nomeadamente nas matérias de organização judiciária, direitos, liberdades e garantias, estatuto dos magistrados e leis processuais, é um factor que promove a qualidade das soluções legislativas e o fortalecimento da democracia.
4- O reconhecimento do direito de tendência dentro do associativismo pode constituir um elemento propulsor de debate e confronto de ideias e programas.